SEGURANÇA O BOLSONARISMO APOSTA NA MATANÇA COMO TRUNFO ELEITORAL. O CENTRÃO SE ARREPIA COM AS OPERAÇÕES DA PF QUE MIRAM AS FINANÇAS DO CRIME

AUDIOVISUAL APÓS IDAS E VINDAS, EM MEIO À GUERRA ENTRE AS *BIG TECHS* E A TEVÊ ABERTA, O CONGRESSO APROVA A REGULAMENTAÇÃO DOS *STREAMINGS*

CartaCapital

cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1387
R$ 31,90
12 DE NOVEMBRO DE 2025

AFOGADOS EM BOAS INTENÇÕES

A COP30, EM BELÉM, TRILHA O MESMO CAMINHO DAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA ANTERIORES: UM OCEANO DE RETÓRICA, UM DESERTO DE SOLUÇÕES

ines249

O FUTURO ACONTECE COM O BNDES

Conheça esta linda história.

ines249

O mesmo vento que leva o balão de uma criança traz um futuro sustentável.

BNDES, o maior financiador de energia limpa do mundo, investe nos brasileiros e no planeta.

Saiba mais em bndes.gov.br

BNDES

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249
CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa
—
12 DE NOVEMBRO DE 2025 • ANO XXXI • Nº 1387

Viúva de Marighella, Charf ajudou a fundar o PT e engrossou as fileiras do movimento feminista. Pág. 28

Plural

8 EDITORIAL
9 A SEMANA
11 FRED MELO PAIVA

Seu País

22 SEGURANÇA Classificar facções criminosas como terroristas expõe o Brasil à intervenção de Washington
26 PEDRO SERRANO
27 MARJORIE MARONA
28 MEMÓRIA Clara Charf deixa legado de um século de luta pela democracia e pelos direitos humanos
30 RENATO MEIRELLES

Economia

32 RIO DE JANEIRO O RH do tráfico não tem dificuldade para recrutar soldados em meio à ruína industrial e institucional do estado
35 ADALBERTO VIVIANI
36 CERVEJA Como atingir a excelência, do grão ao gole
38 ANÁLISE Os impulsos e medos de quem controla os meios de produção

Nosso Mundo

40 EUA Supremacistas brancos ditam a política da Casa Branca
44 ISRAEL Procuradora que denunciou tortura contra palestinos é presa
46 ARTIGO Netanyahu glorifica os "assassinatos seletivos" de inimigos, prática condenada pelo direito internacional

14 NÓ APERTADO
ANFITRIÃO DA COP30, O BRASIL ENCARA O DESAFIO DE DESATAR AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS

48 UM ATOR NO ESPELHO
WAGNER MOURA ENXERGA NOS PERSONAGENS VIVIDOS NO FILME *O AGENTE SECRETO* E NA PEÇA *UM JULGAMENTO* MUITO DE SI MESMO

52 *STREAMING* As nuances da regulação aprovada 55 SAÚDE *Por Arthur Chioro*
56 LIVRO Jon Fosse duela com o leitor
57 AFONSINHO 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

Capa: Pilar Velloso e iStockphoto

TUCA VIEIRA/FOLHAPRESS E BOB WOLFENSON

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 - 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, Fred Melo Paiva, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Lígia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Cezar Soares, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Sylvia Colombo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhães (Editora)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Danilo Roberto Silva Queiroz
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
GERENTE COMERCIAL: Rosana Luiz Diniz
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CartaCapital
GAZA? NÃO, RIO
EM OPERAÇÃO ELEITOREIRA E INEFICAZ, CLÁUDIO CASTRO PROMOVE UM BANHO DE SANGUE NO ALEMÃO, MAS PASSA LONGE DE IMPOR UMA DERROTA AO CRIME ORGANIZADO

MASSACRE INÚTIL

Mais uma megaoperação desorganizada, midiática e criminosa no Rio de Janeiro deixa mais de cem mortos, enquanto moradores de comunidades pobres são indistintamente tratados como traficantes, sem direito a defesa. Cláudio Castro volta a usar a violência policial como instrumento político, desta vez para atacar o governo federal e tentar eleger-se senador. Lula observou corretamente: o crime organizado é nacional e internacional, e seus líderes vivem em luxuosas residências dos "bairros nobres". Só a unificação dos serviços de inteligência pode conter o avanço das facções.
Antonio Negrão de Sá

Governadores de direita há décadas criam "soluções" eleitoreiras para o crime. Mas deixam soltos, nas mansões e coberturas, os chefões que lavam o dinheiro do tráfico em bancos ou com imóveis, postos de gasolina, carros, joias, *bets* e outros trambiques. Limitam-se a matar nas favelas quem trabalha no varejo do tráfico, além de policiais e moradores inocentes. E os hipócritas aplaudem as matanças, desde que elas não atinjam o seu queridinho parente usuário.
João Bosco Egas Carlucho

DIREITA, VOLVER!

Além de não flexibilizarem horários para alunos pobres, que precisam conciliar estudo e trabalho, os gestores de colégios cívico-militares transformam as escolas em quartéis, com regras rígidas e formação moldada pela lógica da caserna. Pena que até estados governados pela esquerda adotem esses modelos, que deveriam ser rechaçados pelo Ministério da Educação. Cabe ao Supremo Tribunal Federal avaliar a constitucionalidade desse método autoritário. Se não for contido, formará cidadãos robotizados e adestrados pela direita mais reacionária.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

Disciplina não rima com autoritarismo e repressão. Num país marcado por uma ditadura de 21 anos, que torturou e matou muita gente, é um contrassenso defender a militarização do ensino como "modelo" de educação para crianças e adolescentes. Em Manaus, há denúncias até de tortura nesses colégios. Pior ainda é ver governos petistas fechando os olhos para esse retrocesso.
Well Macêdo

A LOUVAÇÃO DO AGRO

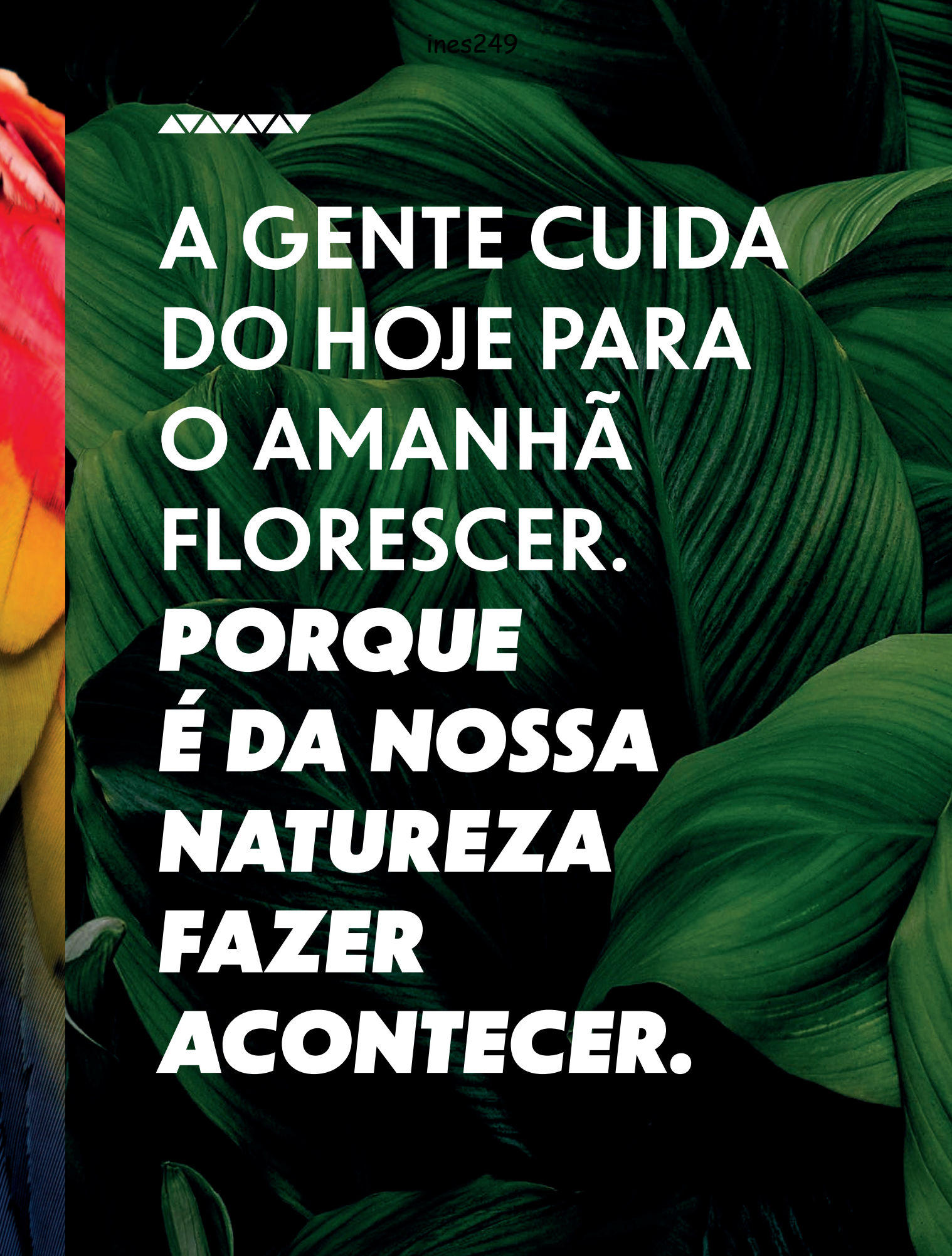
Recentemente, alertei em um seminário pré-COP30 que a cultura do agro está invadindo a Amazônia. Já domina rádios, e festas tradicionais são trocadas por rodeios, com artistas do "agronejo" recebendo cachês milionários. Enquanto isso, a floresta é desmatada e o gado avança. É um projeto de dominação, para convencer os habitantes da floresta de que o agro traz felicidade.
Loren Lunière

Não importa o peso do agronegócio no PIB: não dá para se orgulhar de quem quer continuar sendo colônia exportadora de produtos primários. Pior ainda quando mandam o melhor para fora e deixam o refugo para o mercado interno. Produzir ciência e tecnologia, que é o que realmente desenvolve o País, eles não querem.
João Arruda

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

ines249



A GENTE CUIDA DO HOJE PARA O AMANHÃ FLORESCER. **PORQUE É DA NOSSA NATUREZA FAZER ACONTECER.**

rnes249

A CAIXA e o Governo Federal acreditam na construção, hoje, de um futuro justo, inclusivo e regenerativo.

Por isso, apoiamos diversos projetos e temos soluções que unem inovação, impacto social e meio ambiente, incentivando a transição para uma economia de baixo carbono, sem deixar ninguém para trás.

Do saneamento básico à mobilidade limpa.
Da moradia digna ao apoio à cultura criativa.
Da inclusão social à autonomia financeira.

COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELÉM 2025

CAIXA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249

Que sucesso?

Uma semana depois, sobra só espuma da operação desastrosa no Morro do Alemão ordenada por Cláudio Castro

A Japinha do CV escafedeu-se, seu destino é "incerto e não sabido", diria o delegado carioca com ares de rábula. Passada uma semana da mais letal operação policial da história do País, nem esse ínfimo "trunfo" resta ao governador Cláudio Castro. Japinha, descrita como tenente da linha de frente da facção criminosa, não estava entre os 121 mortos na batalha campal no Alemão, incluídos quatro agentes de segurança. Nem ela nem os principais alvos da facção incluídos na lista do Ministério Público para justificar a incursão no morro. O Comando Vermelho perdeu soldados, mas seus generais e cabos continuam intocados. Os moradores do complexo permanecem reféns, as finanças do crime vão bem, obrigado, salvo engano, e a coleta de dados, a mais recente e malandra justificativa do governo estadual para o massacre, só seria possível se as forças de segurança tivessem em seus quadros alunos do médium Chico Xavier. Recrutas não faltarão enquanto o Estado insistir em oferecer balas e bombas no lugar de serviços e dignidade. Nada de novo no *front*.

Há muitos significados na escolha do nome da operação, Contenção. Especialistas em segurança pública enxergam uma manobra para deter o avanço do CV em áreas dominadas pelas milícias, nunca alvejadas por truculência semelhante. A extrema-direita e parte do jornalismo autodeclarado "profissional" celebram a retomada do controle da agenda política, após sucessivas derrotas da oposição no embate com o governo Lula. O próprio Castro conseguiu, se não conter, ao menos prolongar o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral que pode cassá-lo. O voto da relatora, Maria Isabel Galotti, a favor da perda de mandato por abuso de poder econômico, foi didático e arrasador, mas um pedido de vistas adiou a decisão da Corte para o início do próximo ano.

Empolgado, Castro quer fazer da matança uma rotina eleitoreira. E a Japinha do CV: quem é vivo um dia aparece

Ganhos pontuais e de curto prazo. Nada indica, ao contrário do desejo convertido em vaticínio de certo colunismo, que o tema da "segurança pública" dominará o debate presidencial do próximo ano. A escolha do senador governista Fábio Contarato, do PT, para a presidência da CPI do Crime Organizado desmonta um dos palcos que a oposição bolsonarista pretendia explorar até as vésperas das eleições de 2026. A exemplo de tantas operações anteriores nos morros cariocas, os aplausos eufóricos da população, ouvidos no calor dos acontecimentos, serão paulatinamente substituídos pelo silêncio do desespero da realidade cotidiana. Não demora muito para os cidadãos perceberem que continuam encurralados na mata, peões na disputa territorial entre os milicianos e as facções. Castro, montado no vento, promete no mínimo dez ações do mesmo calibre. Quantas mais os eleitores suportam, antes de se aborrecerem com mais do mesmo?

Coube ao presidente Lula resumir os fatos: "A dura realidade é que, em termos de números de mortos, alguns podem considerar a operação um sucesso. Mas, do ponto de vista da ação estatal, acredito que foi desastrosa". Nada a acrescentar. •

REDES SOCIAIS E FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Memória/ O som de Minas

Lô Borges, um dos fundadores do Clube da Esquina, morre aos 73 anos

Lô Borges, um dos criadores do Clube da Esquina, que marcou a história da música popular brasileira, morreu no domingo 2, aos 73 anos, em decorrência de falência múltipla dos órgãos. O cantor e compositor estava internado desde 17 de outubro em um hospital particular de Belo Horizonte por causa de uma intoxicação medicamentosa.

Parceiro de Milton Nascimento, sempre foi reverenciado por seus pares

Ao lado do irmão, Márcio Borges, e de Milton Nascimento, Lô Borges ajudou a forjar um tipo de melodia que soava então inovadora e que teve como marco o lançamento do álbum duplo *Clube da Esquina* (1972). Então com 19 anos, Lô Borges era o coautor de canções do disco que, passadas cinco décadas, seguem a fazer parte do repertório nacional, como *O Trem Azul* e *Um Girassol da Cor do Seu Cabelo*. Sua voz suave, que se contrapunha ao timbre marcante e forte de Milton, também se tornaria uma referência de algo que passou a ser reconhecido como o "som de Minas".

No mesmo ano, gravou seu primeiro trabalho solo, *Disco do Tênis*, em que flerta com o *rock* psicodélico. O álbum traz outra de suas composições eternas: *Paisagem na Janela*. À juventude brilhante seguiu-se uma carreira discreta, mas sempre reverenciada pelo público e por seus pares.

Ofensa nas alturas

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina condenou o empresário Luciano Hang, dono das Lojas Havan, a pagar 33 mil reais ao presidente Lula por danos morais. No verão de 2019 para 2020, Hang financiou aviões que sobrevoaram praias catarinenses exibindo faixas com frases ofensivas, como "Lula cachaceiro devolve meu dinheiro", "Melhor que o verão é o Lula na prisão" e "Lula enjaulado é Brasil acordado". À época, o petista havia acabado de deixar a prisão em Curitiba. O relator do caso, desembargador Flávio André Paz de Brum, afirmou que os ataques "não tiveram qualquer interesse público" e concluiu: "Liberdade de expressão não é absoluta".

Roraima/ CONFLITO DE INTERESSES

ANDRÉ MENDONÇA SUSPENDE JULGAMENTO DE GOVERNADOR APÓS CONTRATO

O ministro André Mendonça, que integra o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, apresentou dois pedidos de vista e interrompeu o julgamento da ação que pode levar à cassação do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP). As suspensões ocorreram seis meses após uma empresa de ensino privado fundada por Mendonça firmar contrato de 273 mil reais com a administração roraimense, revelou o jornal *O Globo*.

Denarium é acusado de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022 por, entre outras práticas vedadas, distribuir cestas básicas, ampliar gastos com publicidade e reformar casas de eleitores. Em agosto, a relatora do processo no TSE, Isabel Gallotti, votou pela cassação do mandato. No mesmo dia, Mendonça pediu vista e paralisou o julgamento, renovando o pedido no fim de setembro. Ainda restam cinco ministros para votar, o que pode adiar o desfecho do caso para 2026.

Mendonça é fundador do Instituto Iter, contratado pelo governo de Roraima, em fevereiro, para ministrar cursos a servidores estaduais. Naquele mês, Denarium já havia apresentado recursos ao TSE.

O instituto do magistrado vai ministrar cursos para servidores

CARLOS ALVES MOURA/STF E JOÃO DINIZ

A Semana

Relações suspensas

O governo peruano anunciou o rompimento das relações diplomáticas com o México, após a concessão de asilo à ex-primeira-ministra Betssy Chávez, processada pela tentativa de golpe de Estado em dezembro de 2022 do ex-presidente Pedro Castillo, atualmente preso. Em nota, o Peru classificou o asilo político de "ato inamistoso". O chanceler Hugo De Zela foi mais longe: "Tentaram transformar os autores da tentativa de golpe em vítimas, quando a realidade mostra que nós, peruanos, vivemos em democracia, como reconhecem todos os países do mundo, com a única e solitária exceção do México".

EUA/ *New York, New York*

Mamdani é a resposta a Trump da mais cosmopolita cidade do país

Os eleitores nova-iorquinos não se intimidaram diante das bravatas de Donald Trump. Na terça-feira 4, em resposta às ameaças de corte de recursos federais e de envio da Guarda Nacional pelo republicano, elegeram como prefeito o jovem e carismático democrata Zohran Mamdani, símbolo de tudo que a Casa Branca busca combater. Imigrante nascido em Uganda, muçulmano e defensor de ideias consideradas perigosamente comunistas nos Estados Unidos, entre elas a adoção da tarifa zero nos transportes públicos, o novo alcaide fez da diversidade um trunfo de campanha e colheu uma vitória memorável e inconteste, um alento para uma oposição sem rumo e limitada até então às notas de repúdio. "Esta noite vocês deram um mandato pela mudança, um mandato por um novo tipo de política, um mandato por uma cidade que possamos pagar", discursou na noite da vitória. "Nova York continuará a ser uma cidade de imigrantes, construída por imigrantes, movida por imigrantes (...) Se há uma cidade capaz de mostrar ao mundo que outro futuro é possível, essa cidade é Nova York."

Migrante, muçulmano e considerado comunista

CHARLY TRIBELLEAU/AFP E DAVID BOHRER/GOVERNO DOS EUA

Arquiteto da "Guerra ao Terror", homem de negócios no poder

Obituário/A SEMENTE DO MAL

O MUNDO COLHE ATUALMENTE O QUE DICK CHENEY PLANTOU

Muito se falou e muito se falará nos próximos dias sobre Dick Cheney, morto na terça-feira 4 aos 84 anos. Nenhum perfil será, no entanto, mais preciso e devastador do que o retrato no filme *Vice*, de 2018. Christian Bale incorporou física e mentalmente o republicano que serviu de maneira denodada e feroz aos piores governos norte-americanos antes da era Trump, a começar por Richard Nixon. E teve no colega Sam Rockwell, um George W. Bush parvo e inseguro, um parceiro à altura. Eleito vice-presidente na chapa de Bush Jr. em 2000 e 2004, Cheney, depois do ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, tornou-se o governante de fato. Arquiteto da "Guerra ao Terror", comandou a invasão ao Iraque sob o falso pretexto das "armas de destruição em massa" em poder de Saddam Hussein e desencadeou um efeito dominó no Oriente Médio. O resto é história. Empreiteiras e multinacionais de defesa dos EUA lucraram horrores com a partilha do território. Do mesmo caos nasceu, porém, o Estado Islâmico e grupos dissidentes da Al-Qaeda. O flagelo influi a migração, principalmente em direção à Europa. O drama migratório reacendeu a xenofobia e deu azo ao crescimento da extrema-direita europeia. Em terra natal, Cheney abriu as portas para a submissão do Partido Republicano ao radicalismo trumpista, embora sua filha, Liz, tenha se oposto ao magnata. O mundo colhe a semente plantada por Cheney.

FRED MELO PAIVA

Carluxo, o "forasteiro divisor"

▶ Zero Dois racha a ala manicomial em Santa Catarina. E Zambelli deve alegar "insanidade mental temporária" ao STF. Queremos *royalties*!

Olá! Estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! O semanário de bordo da nossa viagem na maionese! Com o País polarizado entre bolsonaristas e pessoas normais, uma lufada de razão parecia soprar sobre as cabeças. No entanto, foram justamente elas, as cabeças, a inspirar o contra-ataque da ala manicomial. A estratégia? Atirar nas cabecinhas, conforme ensinou Wilson Witzel, governador cassado do Rio de Janeiro. A ver se novos massacres estarão nos planos de marketing para 2026.

E vamos diretamente à sucursal de Balneário Camboriú com as notícias de Santa Catarina. NO ALABAMA DO SUL, DISPUTA PELO SENADO CRIA RACHA EM ALA MANICOMIAL. A deputada federal Caroline de Toni (PL) e o senador Esperidião Amin (PP) seriam os candidatos naturais a representar a população bovina do estado nas próximas eleições. Mas a infiltração do vereador federal Carlos Bolsonaro (PL) tem provocado o estouro da tropa.

Antes que acusem Carluxo de ser carioca, ele mesmo lembrou a relação umbilical com o Alabama. "QUASE MOREI LÁ", endereçou a mensagem a jornalistas em encontro com o governador do Rio, Cláudio Castro. "Tive uma namorada por quatro anos", causou espanto. "Fiz curso de tiro em Santa Catarina", ele e Adélio. "Quero que o povo sinta o meu cheiro cada vez mais", ameaçou.

Por ter prestado péssimos serviços ao País como presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Caroline de Toni cacifou-se à disputa. Aliado do governador Jorginho Mello (PL), o fóssil Amin buscaria a reeleição. Carluxo é candidato porque papai quer.

"A oferenda Carluxo que volte para o mar do RJ. SC não é clínica psiquiátrica", enganou-se um adepto da seita em postagem no X. "Trate dele antes de querer socializar." Um outro: "Carluxo é FORASTEIRO DIVISOR". E ainda: "O pai jogou a moça aos leões. Detalhe, ELA ESTÁ PARA PARIR!"

EDITORIAL. Em que pese a justa reivindicação das partes e a sempre desejável solução política, NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO prefere o desentendimento que leve às vias de fato e à combustão de todo o cabaré e seu entorno.

E ATENÇÃO! CARLA ZAMBELLI VAI ALEGAR "INSANIDADE" AO STF. Queremos *royalties*! Segundo a revista *Fórum*, a defesa da deputada (PL–SP) busca atenuar pena por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal. De acordo com os advogados, Zambelli perseguiu um homem na rua com uma arma na mão porque sofrera "INSANIDADE MENTAL MOMENTÂNEA".

TENDÊNCIAS E DEBATES. Atingimento de meta pode ser comemorado no motel? Siiiim! A nova tendência foi introduzida pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, ao celebrar a aprovação da PEC que valoriza professores e servidores públicos. Em suas redes, Motta publicou a imagem de uma cama em meia-luz com cabeceira espelhada, adornada por pétalas, corações e balões vermelhos a formar a palavra PROFESSORES. Parecia um motel, o Mottel. A PEC 169 acabou abreviada para PEC 69.

"Por que a Câmara está chamando os professores para uma cama de motel?", arguiu a internauta em reportagem do *Metrópoles*. Para o NH, e com as devidas vênias, não cabem subterfúgios: Motta quer f.... os professores.

THAT'SALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novos massacres. NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO nunca desliga. •

ILUSTRAÇÃO REGINA ASSIS, ISTOCKPHOTO E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série O Infiltrado. *Autor dos livros* O Atleticano Vai ao Paraíso *e* Bandido Raça Pura.

ines249

FENAE COM ELAS

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O feminicídio, homicídio contra a mulher, é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal** (**Fenae**) entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.

ines249

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

/fenaefederacao
@fenaefederacao
www.fenae.org.br
(61) 98142 8428
/company/fenae-federacao

ines249

Lula e Marina Silva não terão vida fácil nos próximos dias

Nós apertados

ANFITRIÃO DA COP30, O BRASIL ENCARA O COLOSSAL DESAFIO DE DESTRAVAR AS NEGOCIAÇÕES SOBRE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

por MAURÍCIO THUSWOHL

ines249

Um relatório da Organização Meteorológica Mundial divulgado em outubro aponta que 2024 registrou a maior concentração de dióxido de carbono na atmosfera desde o início das medições, em 1957. O nível médio global atingiu 423,9 partes por milhão (ppm), após um aumento recorde de 3,5 ppm em relação a 2023 – mais que o triplo da variação anual registrada há 68 anos (0,8 ppm) e 1,1 ppm superior ao índice de 2020.

O estudo da OMM projeta uma sombra sobre a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que começa na segunda-feira 10, em Belém. A meta de limitar o aquecimento global a 1,5 °C até o fim do século, estipulada no Acordo de Paris, já é considerada inatingível pela comunidade científica. Os eventos climáticos extremos, como o furacão Melissa, que devastou países do Caribe com ventos superiores a 300 quilômetros por hora, tornaram-se cada vez mais frequentes e letais – até a terça-feira 4, haviam sido registradas 75 mortes no Haiti e na Jamaica.

Anfitrião da COP30, o Brasil chega ao encontro com bons resultados na redução das emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento, mas sua liderança na agenda climática global vem sendo questionada pela aposta na expansão das fronteiras petrolíferas. Com a ausência dos EUA, fora do Acordo de Paris, e o desinteresse de outros grandes emissores, como União Europeia, Rússia, China, Índia e Japão, o governo brasileiro tenta articular ações voltadas à proteção das florestas e ao mercado de carbono. Dificilmente, no entanto, a conferência produzirá consensos capazes de avançar em seus três temas centrais: financiamento à adaptação climática, contenção da perda florestal e abandono dos combustíveis fósseis.

Criar um fluxo permanente de recursos para que países pobres implementem projetos de adaptação climática é, talvez, o maior desafio da COP30. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado em 28 de outubro, os compromissos assumidos pelos países ricos na COP29 – estimados em 300 bilhões de dólares anuais – continuam, em grande parte, no papel. Em 2025, primeiro ano após o novo acordo, foram arrecadados apenas 26 bilhões, cerca de 8% do total previsto. O Pnuma aponta que muitos países em desenvolvimento já têm planos de adaptação e mitigação definidos, o obstáculo é a escassez de recursos. Os setores que mais demandam investimentos são infraestrutura (85,7 bilhões de dólares), contenção de cheias fluviais (73,4 bilhões), agricultura (54,4 bilhões) e áreas costeiras (45,4 bilhões).

As alternativas estão reunidas no documento *De Baku a Belém* (B2B), elaborado pelos governos do Brasil e do Azerbaijão, anfitrião da COP29. O relatório traça um "mapa do caminho" para que, até 2035, o financiamento global atinja 1,3 trilhão de dólares anuais, considerado ideal pela comunidade científica. Os pontos centrais do B2B foram apresentados na pré-COP de Brasília, em outubro, causando boa impressão a 67 ministros de Estado. O material foi divulgado oficialmente em 5 de novembro, em coletiva do embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30.

A oitava carta da presidência da COP30 à comunidade internacional exorta os países a refletir sobre a adaptação ao aquecimento global como "o próximo passo da evolução humana". O documento alerta que a conferência testará a capacidade global de enfrentar a crise climática, considerada uma "ameaça existencial". Corrêa do Lago destaca: "Nossa capacidade de implementar os dispositivos sobre adaptação do Acordo de Paris por meio de uma cooperação internacional fortalecida determinará se evoluiremos não apenas para sobreviver, mas para nos tornarmos a melhor versão da humanidade, lastreada em dignidade, justiça e solidariedade".

DOS 300 BILHÕES DE DÓLARES PROMETIDOS NA COP ANTERIOR, 26 BILHÕES FORAM ARRECADADOS EM 2025, APENAS 8% DO TOTAL

Para Marcio Astrini, coordenador do Observatório do Clima, "se os países não usarem o tema do financiamento como pretexto para travar a conferência e causar confusão, já estará de bom tamanho". O ambientalista não acredita em avanços significativos nessa área. "Espero que haja algum entendimento e que os países em desenvolvimento consigam ver alguma esperança, e não façam do financiamento um cavalo de batalha", observa.

Pesquisador da USP e conselheiro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, Carlos Nobre ressalta a necessidade de dar continuidade às discussões da COP29. "Não há condição de o Fundo para o Clima ficar só na promessa de 100, 200 ou 300 bilhões de dólares anuais", afirma o climatologista. Segundo ele, serão necessários 1,3 trilhão de dólares para adaptação e mitigação: "Cerca de 500 bilhões por ano para aumentar a resiliência a eventos extremos e 800 bilhões para acelerar a transição energética e reduzir rapidamente o uso de combustíveis fósseis".

Outro impasse é provocado pela negligência de muitas nações, que ainda não apresentaram suas novas metas de redução das emissões, conhecidas como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, *na sigla em inglês*). O relatório-síntese da Convenção sobre Mudança do Clima da ONU, divulgado em 27 de outubro, evidencia essa falha: apenas 64 países dos 197 signatários encaminharam suas NDCs, que correspondem a 30% das

RICARDO STUCKERT/PR

ines249

emissões globais. O atraso dificulta projeções essenciais para as negociações. "Não é possível tirar conclusões abrangentes em nível global a partir de um conjunto de dados tão limitado", alerta o documento.

Entre os responsáveis pelos 70% de emissões ainda não reportados estão grandes emissores como China, Índia, União Europeia e Japão, que não entregaram suas NDCs no prazo, mas prometem anunciar novas metas em Belém. Com base nos dados atuais, só seria possível alcançar uma redução de 17% em relação a 2019, bem abaixo dos 57% exigidos pelo Acordo de Paris. "Uma grande aceleração é necessária", alerta a ONU.

Apenas sete países do G20 apresentaram suas NDCs, e a expectativa agora recai sobre União Europeia, Índia e China. O governo de Xi Jinping adiantou que pretende anunciar um corte de 7% a 10% até 2035. Espera-se que a Europa adote me-

O País conseguiu reduzir significativamente suas emissões ao apertar o cerco aos desmatadores

ATIVO ESTRATÉGICO

Bioma mais eficiente na captura de carbono, a Caatinga é uma aliada essencial no cumprimento das metas climáticas

Em meio à urgência em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, surge como alternativa promissora. Pesquisa do Observatório do Carbono, da Água e da Energia na Caatinga, vinculado ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), revela que essa floresta seca armazena cerca de 12 bilhões de toneladas de carbono e pode capturar quase 3 bilhões por ano. Com vegetação resistente à estiagem e alta capacidade de regeneração no período chuvoso, a Caatinga entra rapidamente em um ciclo de crescimento acelerado, com potencial de sequestrar CO_2 em níveis superiores aos da Amazônia.

A cada 100 toneladas de carbono absorvidas pela Caatinga, até 58% permanecem retidos no solo ou na vegetação. Na Amazônia, embora a absorção total seja maior, devido à sua vasta extensão, o porcentual retido varia de 2% a 12%. Outro estudo da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp, publicado no *Science of the Total Environment*, mostra que, entre 2015 e 2022, a Caatinga superou a Amazônia e o Cerrado no sequestro de CO_2, compensando parte expressiva das emissões do País e consolidando-se como ativo estratégico para o cumprimento das metas climáticas.

Segundo Aldrin Martin Pérez-Marin, coordenador do Observatório da Caatinga e Desertificação, 72% do carbono retido está armazenado no solo – em torno de 125 toneladas por hectare. "A Caatinga não é apenas um sumidouro ativo, mas também um enorme cofre natural. Basta uma gota de chuva para que a floresta renasça e continue sequestrando carbono mesmo nos cenários mais áridos", explica Pérez-Marin, que também representa o Brasil na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Quase um quarto da Caatinga encontra-se em estágio crítico de degradação, e 18% já enfrenta desertificação, sobretudo no norte da Bahia. Para reverter o quadro, ocorre na floresta um processo de "recaatingamento", que visa recuperar áreas desmatadas. "Recaatingar é reflorescer,

ines249

Ambientalistas criticam, porém, a expansão das fronteiras petrolíferas na Margem Equatorial

tas ainda mais ousadas. Isso daria um novo fôlego às negociações, fragilizadas pelo desinteresse de Washington no debate climático. As incertezas são maiores em relação à Índia, que resiste à redução de combustíveis fósseis e, por vezes, emula o discurso negacionista de Donald Trump. "A presidência da COP30 precisa garantir que os países que ainda não entregaram suas NDCs o façam, e que as já apresentadas sejam aprimoradas, como no caso da Rússia", alerta Astrini.

Os quatro maiores emissores – China, EUA, Índia e União Europeia – ainda precisam apresentar suas metas. "Vamos torcer para que sejam ambiciosas", afirma Carlos Nobre, do IPCC. Para ele, a ausência do governo norte-americano no debate é grave, uma vez que o país é responsável por quase 25% das emissões desde 1850. "Diante de um presidente negacionista, todos os outros países precisam acelerar a busca por soluções", avalia. Nobre, porém, mostra-se otimista quanto à Europa,

mas também curar o território, restaurando vínculos, pertencimento e sonhos", afirma Pérez-Marin. As áreas mais preservadas, com maior capacidade de sequestrar CO_2, concentram-se em comunidades tradicionais, como Terras Indígenas, quilombos, fundos de pasto e áreas de agricultura familiar.

O alto potencial de sequestro de carbono da Caatinga pode gerar dividendos econômicos e servir de modelo para outras florestas secas do mundo. Apenas nas áreas de conservação, o bioma poderia gerar 48 bilhões de reais, estima Pérez-Marin. Ele defende a criação de um fundo regulado de carbono, com participação das comunidades locais, proposta que será apresentada na COP30. "A ideia é lançar o Programa Nacional de Crédito de Carbono Social para o Semiárido, que remunera agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados por conservar o carbono no solo e na vegetação – uma proposta que alia conservação ambiental e justiça social."

"Valorizar a Caatinga é mostrar ao mundo que o Brasil pode liderar o combate à emergência climática não apenas pela Amazônia, mas também pela floresta seca mais eficiente do planeta. O Semiárido pode tornar-se símbolo mundial de resiliência e solução climática", conclui o pesquisador, acrescentando que os países do BRICS têm condições de liderar o mercado global de carbono, por abrigarem as maiores florestas secas do mundo.

- por Fabíola Mendonça

A proteção da floresta seca pode render até 48 bilhões de reais, estima pesquisador

ISTOCKPHOTO, AGÊNCIA PETROBRAS E CHRISTIANO ANTONUCCI/GOVMT

ines249

que deve anunciar cortes de 67% a 73% das emissões até 2035, podendo atingir emissões líquidas zero até 2040. O Brasil, primeiro país a apresentar sua NDC, comprometeu-se a reduzir entre 59% e 67% das emissões em relação a 2005 até 2035.

Divulgada em 4 de novembro, dois dias antes da Cúpula de Chefes de Estado que antecede a COP30, a edição de 2025 do *Relatório de Lacuna de Emissões* (EGR, *na sigla em inglês*) traça um cenário alarmante. Segundo o documento do Pnuma, no ritmo atual, o planeta pode aquecer até 2,8 ºC até o fim do século. O estouro pontual da meta de 1,5 ºC já ocorreu e pode consolidar-se nos próximos anos, mas ainda há esperança. "Se esse aumento for revertido antes de atingirmos 2 ºC, é possível que a atmosfera se resfrie novamente e cheguemos a 2100 dentro do limite de 1,5 ºC. Mas essa reversão precisa ocorrer rapidamente. Caso contrário, no futuro teremos de retirar carbono da atmosfera", alerta Anne Olhoff, coordenadora do relatório.

Alguns resultados recentes dão ao Brasil motivos para chegar em posição de força à COP30. Na segunda-feira 3, o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), projeto de monitoramento independente, revelou queda de 17% nas emissões nacionais entre 2023 e 2024, de 2,58 bilhões para 2,15 bilhões de toneladas de CO_2. Apesar da redução, o volume ainda é elevado, impulsionado pelo desmatamento, expansão da fronteira agropecuária e pelo aumento das queimadas, que somaram 278 mil focos no ano passado.

O avanço no combate ao desmatamento é outro trunfo valioso. De acordo o Prodes, sistema de monitoramento por satélite do Inpe, houve uma redução de 11% na perda florestal entre agosto de 2024 e julho de 2025. Nesse intervalo, a Amazônia perdeu 5.796 quilômetros quadrados de cobertura vegetal, ante 6.288 quilômetros quadrados no ciclo anterior. A área é menos da metade dos 13 mil quilômetros quadrados destruídos em 2021, durante o governo Bolsonaro.

A força descomunal do furacão Melissa serve de alerta. A China atrasou a entrega da sua NDC. Trump nem se deu o trabalho de traçar metas

"O Brasil chega à COP30 com a autoridade de quem recolocou a agenda climática no centro do Estado. As quedas no desmatamento e nas emissões, o fortalecimento do Fundo Amazônia e o Plano de Transformação Ecológica mostram que o País retomou o rumo e a credibilidade internacional", afirma o deputado federal Nilto Tatto (PT), vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. O grande desafio agora, segundo ele, é transformar esse protagonismo em liderança efetiva. "É preciso articular uma aliança global pelo financiamento justo e por uma transição energética que não reproduza a lógica de dependência e desigualdade", diz.

Diretora-executiva da COP30, Ana Toni afirma que, somente com a redução do desmatamento nos últimos três anos na Amazônia e no Cerrado, o Brasil evitou a emissão de mais de 700 milhões de toneladas de carbono. "Esse resultado é consequência da retomada de políticas ambientais e climáticas robustas. A COP30 é reflexo desse processo." Toni ressalta que essa agenda deve estar atrelada ao debate econômico: "Prosperidade não é antagonista ao combate à mudança do clima. São duas dimensões umbilicalmente conectadas".

O LIMITE DE 1,5 °C SERÁ ULTRAPASSADO, MAS AINDA HÁ UMA CHANCE DE REVERSÃO

Responsável por 47,3% do desmatamento global de florestas tropicais, o Brasil quer avançar na proteção. A principal aposta para a COP30 é o Fundo de Proteção às Florestas Tropicais (TFFF, *na sigla em inglês*), que visa mobilizar 125 bilhões de dólares – 25 bilhões do setor público e 100 bilhões do privado – para projetos de conservação, manejo e reflorestamento em 70 países. Proposto por Lula na COP28, em Dubai, ele terá como atrativo a remuneração dos financiadores. Na terça-feira 4, o governo brasileiro confirmou a doação de 1 bilhão de reais, movimento acompanhado pela Indonésia. Noruega e Alemanha devem aderir em breve. "O TFFF será o carro-chefe do Brasil", diz o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

ines249

ISTOCKPHOTO, ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/AFP E RICARDO MAKYN/AFP

Além do Fundo de Florestas, a presidência da COP30 aposta em avanços em áreas como transição energética e mercado de carbono. Pedro Ivo Batista, coordenador do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS), critica algumas das alternativas propostas. "Soluções de mercado são paliativas. Precisamos fortalecer políticas públicas por meio de alianças globais entre Estados nacionais e colocar em prática o Acordo de Paris", avalia, antes de apontar outra preocupação. "O governo brasileiro, apesar dos bons resultados, vai apequenar-se devido à liberação da exploração de petróleo na Margem Equatorial. O avanço no combate ao desmatamento funciona como uma espécie de compensação, pela possibilidade concreta de não haver progresso na questão dos combustíveis fósseis."

Para organizações da sociedade civil, esse tema será o calcanhar de aquiles do Brasil na COP30. "O que a presidência talvez possa fazer é propor um mandato para desenhar uma proposta de Transitional Aid, acordo feito em Dubai: definir datas, financiamento e responsáveis, para começar a pensar em como sair dos fósseis", afirma Astrini. Nilto Tatto acrescenta que o Brasil pode atuar como ponte entre produtores de petróleo e defensores da descarbonização, "defendendo uma transição energética justa, que gere empregos verdes e respeite a soberania dos países em desenvolvimento".

Na terça 4, mesmo dia em que transferiu provisoriamente a capital para Belém, Lula defendeu as pesquisas de exploração da Petrobras e deixou clara sua posição. "Não quero ser líder ambiental. Quero fazer o que os especialistas do meu governo, gente de minha confiança, dizem para fazer. Seria incoerente se, em um ato de irresponsabilidade, eu dissesse na COP30 que o Brasil não vai mais usar petróleo. Não sobreviveríamos sem ele, mas poucos países estão tão próximos disso quanto nós." •

ines249

O diplomata do campo

O PRODUTOR CAIO PENIDO BUSCA UNIR PECUÁRIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

por ALLAN RAVAGNANI

Nas idas à Fazenda Roncador, no norte de Mato Grosso, o menino observava o vaivém do gado, os peões em comitiva e o horizonte sem obstáculos em meio ao cerrado. Era o oposto da vida em São Paulo, onde a visão era bloqueada pelos prédios. As férias no campo ficaram como lembrança de encontro e contraste, e a Roncador não era uma fazenda qualquer. Criada por Pelerson Penido, foi a maior propriedade do País, com 153 mil hectares, e refletia uma visão da época, a de que o desenvolvimento brasileiro passava por ocupar o interior e torná-lo produtivo. Com o tempo, aquele território deixou de ser apenas cenário de infância. As imagens do campo – a terra vermelha, o som metálico das máquinas, o silêncio das madrugadas – ficaram guardadas como um tipo de memória física, que voltaria anos depois, quando o neto de Pelerson decidiu olhar o Brasil por outro ângulo.

Caio Penido Dalla Vecchia, hoje com 52 anos, herdou parte da fazenda e também um dilema comum a quem produz no País: como ampliar a produtividade sem repetir os erros do passado. Crescido entre o concreto e a poeira, aprendeu cedo que o Brasil é feito de contrastes e que o campo e a cidade, a produção e a conservação, estavam mais próximos do que pareciam.

Antes de voltar definitivamente a Mato Grosso, enxergou o mundo pelas lentes do cinema. Em 2002, fundou a Encruzilhada Filmes, dirigiu o longa *Um Homem Qualquer* e o documentário *Brasil Novo – Conflitos do Desenvolvimento*, no qual buscava entender a tensão entre crescimento e desmatamento. Quando voltou à Roncador, encontrou um cenário diferente daquele das memórias de infância. A agricultura havia avançado sobre a pecuária, impulsionada pela soja. As mudanças mostravam que o campo se transformava rapidamente, nem sempre de forma ordenada. Em suas terras, Penido começou a testar novas práticas de manejo e recuperação de pastagens, nas quais combinava lavoura, pecuária e floresta. A fazenda, antigo símbolo do desbravamento do Centro-Oeste, passou a servir como campo de experimentação para uma produção de menor impacto ambiental. "Não é só desenvolver, nem só conservar", afirma. "Tem de achar uma forma de produzir com conservação, com sustentabilidade. É o que eu tento dialogar entre os mundos, o setor produtivo e o ambiental."

"NÃO É SÓ DESENVOLVER NEM SÓ CONSERVAR", AFIRMA O EMPRESÁRIO

A passagem pelo cinema deixou marcas. A experiência deu-lhe *expertise* para comunicar o que via no campo, um setor em busca de eficiência, mas ainda dividido entre pressões econômicas e ambientais. Com o tempo, o pecuarista percebeu que mudanças isoladas não seriam suficientes. O desafio não estava em transformar uma única fazenda, mas em criar redes capazes de sustentar práticas novas. Em 2014, participou da fundação da Liga do Araguaia, formada por

produtores em busca de metas comuns. O grupo começou com iniciativas modestas – regularização de áreas, melhora de pastagens, redução de emissões – e ganhou visibilidade com o projeto Carbono Araguaia, que monitorou 79 mil hectares para compensar parte das emissões das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

Outros projetos vieram na sequência. Ainda assim, os resultados encontraram resistência: o debate sobre sustentabilidade na pecuária continua marcado por desconfiança mútua entre produtores e ambientalistas. Por conta disso, Penido começou a destacar-se como mediador. Passou a frequentar reuniões e fóruns que reuniam governos, ONGs e representantes do setor privado, onde o tom das conversas é, em geral, tenso. A habilidade de transitar entre agendas distintas levou-o, mais tarde, ao Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac), entidade que reúne produtores, frigoríficos e o governo estadual. No Imac, Penido viu que o setor vivia sob pressão de dois lados. De um, as exigências de rastreabilidade e conformidade ambiental. De outro, as dificuldades dos produtores em atender a essas regras nos prazos estabelecidos. O instituto passou a servir como ponto de encontro entre demandas ambientais e a realidade produtiva.

Ali começou a ganhar forma o "Passaporte Verde", projeto voltado a criar um sistema de monitoramento socioambiental da cadeia da carne. A ideia era reunir informações sobre origem, regularização e conformidade em uma plataforma integrada, evitando a sobreposição de auditorias e custos adicionais. O programa nasceu de negociações com o Ministério Público Federal, o Tribunal de Justiça e o governo estadual, e está estruturado sobre dois eixos. O primeiro é o Programa de Reinserção e Monitoramento, que permite a produtores bloqueados por irregularidades ambientais voltarem à atividade mediante planos de recuperação. As ações são acompanhadas por satélite e validadas por órgãos públicos. O segundo eixo é mercadológico: substituir as auditorias privadas por um sistema unificado, integrado ao Ministério da Agricultura. A adesão é voluntária, mas está prevista para expandir-se até 2033 e cobrir todo o setor no estado.

Penido trocou o cinema pela criação de gado, herança de família. "O agro precisa falar com mais transparência", afirma

A proposta enfrentou resistências. Parte dos pecuaristas via o monitoramento como forma de vigilância, enquanto os ambientalistas temiam a flexibilização de regras ambientais. O debate forçou o amadurecimento do modelo, que passou a apoiar-se em incentivos econômicos e transparência pública para garantir adesão. "A pecuária é emissora de gases de efeito estufa, mas no Brasil o gado é criado a pasto. Aqui a gente tem emissão e sequestro de carbono. É preciso calcular o balanço. O Brasil tem uma pecuária muito mais equilibrada do que aquela dos países do Hemisfério Norte."

O "Passaporte Verde" consolidou Penido como "embaixador", visto como um nome capaz de transitar entre produtores e formuladores de política, sem vínculo partidário ou representação formal. Essa posição de intermediação, ao mesmo tempo técnica e política, levou-o a participar de discussões sobre descarbonização, rastreabilidade e comércio exterior. Nos últimos anos, o pecuarista participou de fóruns internacionais sobre clima e produção de alimentos. Em missões técnicas na Europa e nos Estados Unidos, apresentou dados sobre rastreabilidade e uso do solo. Com a COP30, o desafio, segundo ele, é mostrar que o Brasil tem condições de conciliar produção e conservação a partir de suas próprias leis.

O menino que cresceu entre o asfalto e o cerrado hoje busca interligar dois mundos. Talvez este seja o seu papel mais importante: mediar interesses que raramente se cruzam, sem deixar de reconhecer as contradições que os separam. E ainda que negue, por ora, a política partidária, atua com a consciência de que o diálogo é a única forma de avançar. "O agro precisa falar com mais transparência", defende. •

ROGÉRIO ALBUQUERQUE E REDES SOCIAIS/CAIO PENIDO

ines249

Operação 2026

PODER Oposição e governo recorrem a armas diferentes na batalha pelo discurso eleitoral da segurança pública

POR ANDRÉ BARROCAL

O novo herói nacional, aquele da matança no QG do Comando Vermelho, era conhecido como "pastinha" antes da carreira política que o levou a governador do Rio de Janeiro. Cláudio Castro merecia a alcunha por carregar papéis para um deputado na Assembleia Legislativa. O cargo atual caiu-lhe no colo quando, em 2021, o Parlamento estadual degolou Wilson Witzel, de quem era vice-governador. No ano seguinte, Castro reelegeu-se com o apoio de dinheiro usado para comprar voto. Quem identificou o abuso de poder político e econômico na campanha foram o Ministério Público e a juíza Isabel Galotti, do Tribunal Superior Eleitoral, relatora da ação movida para cassar o governador filiado ao PL. Após o voto da magistrada em 4 de novembro, o julgamento foi interrompido e só será retomado a partir de fevereiro.

O "comprador de voto" cultiva relações perigosas com uma figura tóxica no mundo do poder fluminense: Ricardo Magro, dono de uma refinaria de petróleo que é um escândalo fiscal desde que se chamava Manguinhos. "O secretário de Fazenda do Rio *(Juliano Pasqual)* e o procurador-geral do Estado *(Renan Miguel Saad)* são indicados do Magro", garante o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias, eleito pelo Rio. O empresário é ligado a um sujeito que fez de tudo para derrubar Dilma Rousseff e em seguida caiu do cavalo, Eduardo Cunha, acusado antes da queda de ter colaborado com as bandalheiras de Magro em Manguinhos.

A refinaria atende hoje pelo nome de Refit. Foi fechada em setembro pela Receita Federal, em uma operação contra

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

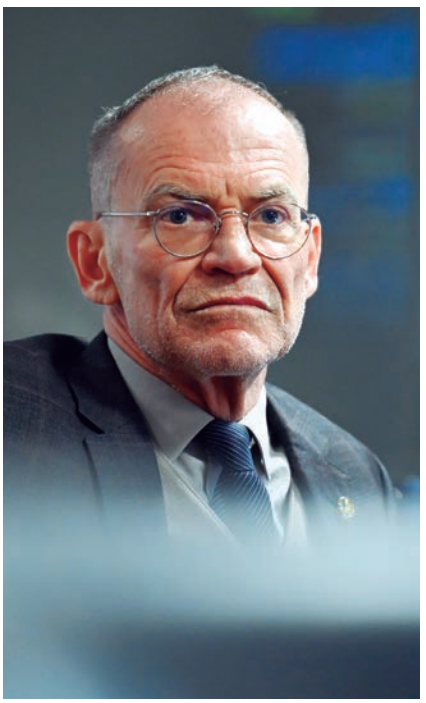
pág. 28
Memória. Clara Charf combateu o autoritarismo até o fim dos seus dias

PHILIPPE LIMA/GOVMG E ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO

um esquema de fraude tributária e de adulteração de combustíveis em cinco estados. O governo do Rio foi ao Tribunal de Justiça e conseguiu reabri-la, com o argumento de que a empresa possui uma dívida astronômica com o Fisco local e precisava voltar aos negócios para fazer caixa. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ficou uma fera e apoiou o recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ao Superior Tribunal de Justiça. Deu certo: o STJ fechou a Refit no mês passado.

Em Brasília, comenta-se que logo a Polícia Federal entrará em campo no Rio com uma operação de contornos defendidos pelo presidente Lula quando o assunto é crime organizado: aposta em inteligência e asfixia financeira, um modelo capaz de atingir a alta roda – o pessoal da Avenida Faria Lima em São Paulo que o diga. Já há autorização do juiz Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para a PF investigar a lavagem de dinheiro e infiltração das facções no Poder Público do Rio. Vai ter político preso, profetiza um lulista. Em setembro, agentes federais algemaram um deputado estadual acusado de lavar dinheiro do Comando Vermelho, Thiego Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, do MDB. Não faltam fotos de Castro sorridente ao lado do detento, um aliado na Assembleia.

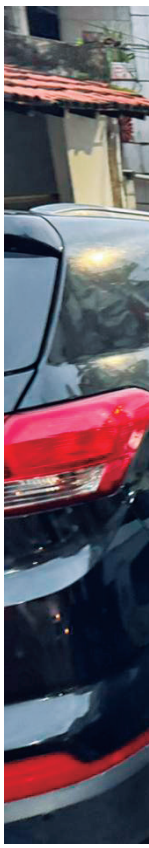
Cabo de guerra. Os governadores bolsonaristas insistem em igualar as facções a terroristas. O senador Contarato será o presidente da CPI



O secretário de Segurança Pública fluminense, Victor Santos, um delegado da PF próximo do senador Flávio Bolsonaro, disse que a carnificina no QG da facção carioca não era o "objetivo", e que, "se fosse para matar, matava todo mundo". O plano seria justamente obter informações para "asfixiar" o CV. Convenceu alguém? A "matança", palavra abraçada por Lula para descrever os fatos de 28 de outubro, fez bem ao ibope de Castro, que já avisa: vêm aí mais dez operações. "Bandido bom é bandido morto" é lema que dá voto e agrada aos carniceiros, embora não resolva o problema da criminalidade. O Rio está mais seguro agora? "De forma alguma. Ao contrário, você vai trazer mudanças geopolíticas associadas aos grupos armados", afirma o sociólogo José Cláudio Souza Alves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialista em crime organizado.

A "Bancada da Bala" e a oposição em geral não estão nem aí. Surfam na onda da matança. Estão determinadas a aprovar no Congresso uma lei para igualar facções a terroristas. O governo é "terminantemente contra", segundo a ministra da articulação política do Palácio do Planalto, Gleisi Hoffmann, do PT. "Pela legislação internacional, dá guarida para que outros países possam fazer intervenções no nosso País", declarou publicamente.

Castro quer a intervenção de Tio Sam. Em maio, viajou aos Estados Unidos e reuniu-se com integrantes do departamento antidrogas para discutir cooperação no combate ao CV. O chefe do DEA, James Sparks, acaba de mandar uma carta ao Rio para lamentar a morte de quatro



policiais durante a operação nos complexos do Alemão e da Penha e colocar-se "à disposição para qualquer apoio". Na viagem, Castro entregou documentos confidenciais e pediu que o CV fosse classificado pelos EUA como "narcoterrorista". Donald Trump detonou uma guerra às drogas que tem justificado não só o policiamento naval ianque no Caribe como uma retórica acusatória contra Colômbia e Venezuela. Eis a razão de Lula ter decidido participar, no domingo 9, na Colômbia, de uma reunião da Celac, a comunidade de países latino-americanos. Prestará solidariedade à Venezuela e deixará claro de novo aos EUA, como pessoalmente a Trump na Malásia, que a América do Sul é território de paz.

Carimbar de "terroristas" as facções "poderia permitir a aplicação de sanções e bloqueios de ativos por parte dos EUA a indivíduos, grupos e instituições brasileiras e autorizar medidas de cooperação direta de inteligência no Brasil, inclusive de natureza militar, sem participação das autoridades federais". Palavras de um pedido de Lindbergh encaminhado a Moraes, do Supremo, para Castro ser investigado por dois crimes potenciais: atentado à soberania nacional e repasse de documentos secretos. Até mesmo a ONU poderia aplicar sanções ao País, na visão do Ministério da Justiça.

Interromper o fluxo financeiro das facções deixa políticos do Centrão com as barbas de molho

A proposta preparada pelo ministério para combater facções foi enviada por Lula ao Congresso após a matança no Rio. O deputado Danilo Forte, do União Brasil do Ceará, tenta fazer com que seja juntada a um projeto dele que equipara crime organizado a terrorismo. O texto de Forte quase foi votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara nos últimos dias, mas o governo atuou nos bastidores para impedir. O presidente da Câmara, Hugo Motta, comandou sessões plenárias em horários incomuns. Sempre que o plenário tem sessões deliberativas, as comissões não podem votar nada. Motta tinha sentido o tranco nas redes sociais por causa da pornográfica "PEC da Blindagem" e agora colabora com o governo, na esperança de sair do fundo do poço. Cabe a ele resolver se haverá ou não a junção das propostas sobre facções e terrorismo.

Nos bastidores do Senado, o Planalto também agiu. No caso, para que a CPI do Crime Organizado recém-instalada não

POLÍCIA CIVIL/GOVBA E PABLO PORCIÚNCULA/AFP

Modelos. Empolgado com os ganhos de popularidade, Castro promete manter o banho de sangue no Rio. Na Bahia, a operação contra o Comando Vermelho não precisou disparar um único tiro

ficasse com um maestro bolsonarista. Por um apertado placar de 6 a 5, foi eleito para presidir a comissão o senador Fabiano Contarato, do PT capixaba. O adversário pelo posto era o gaúcho Hamilton Mourão, que foi vice de Jair Bolsonaro. O Planalto teme que a oposição use a CPI para associar Lula e o PT ao crime organizado. O deputado Nikolas Ferreira, do PL mineiro, escreveu nas redes sociais que o PT era o "partido dos traficantes", e um juiz mandou tirar do ar. Na reta final da eleição de 2022, a extrema-direita tinha usado as redes para ligar Lula ao PCC, e o TSE também havia ordenado a remoção desse tipo de conteúdo.

O principal investigador da CPI, na qualidade de relator, será Alessandro Vieira, do MDB de Sergipe. É delegado da Polícia Civil, como Contarato. O plano de trabalho apresentado por Vieira tem convite a ministros, governadores, acadêmicos e jornalistas para que exponham suas visões e ideias. Vieira vai subdividir as investigações em oito frentes. Uma delas são as milícias, formadas por, digamos, "bandidos do bem". Outra é a da corrupção, tema que deixa muita gente graúda da política de barbas de molho, caso do senador Ciro Nogueira, presidente do PP e chefe da Casa Civil na gestão Bolsonaro.

A Polícia Civil do Piauí acaba de encarcerar um ex-assessor do senador, em um enredo estrelado pelo PCC. Victor Linhares de Paiva recebeu 230 mil reais no fim de 2023 de um empresário piauiense dono de postos de gasolina. O depósito deu-se por meio de um banco digital que a polícia diz ser lavanderia da facção. Coincide com a época da venda da rede de postos para um fundo de investimentos. Esse fundo foi atingido, em agosto, pela Operação Carbono Oculto, realizada pela PF em São Paulo contra o PCC. A organização criminosa paulista valia-se do banco digital, de postos piauienses e do fundo para lavar dinheiro. "O que se viu no Piauí é um microcosmo da estrutura financeira do PCC", afirmou em entrevista coletiva o delegado que chefia a inteligência da Secretaria de Segurança Pública do estado, Anchieta Nery.

A mira policial apontada para os altos escalões do crime organizado deixa em pânico o "Centrão", aquela massa direitista que controla o Congresso. É a avaliação de um líder governista diante do que ele ouve nos corredores sempre que aparecem em rodinhas de conversa duas intenções de Lula. Uma é a opção por combater as facções com inteligência e armas econômico-financeiras de investigação. A outra é a tentativa de mudar a Constituição para dar mais poderes ao governo federal na segurança pública, área de jurisdição estadual. Na visão desse líder, a turma do "pânico" prefere botar as fichas no modelo da "matança" para criar confusão no debate público.

A política "linha-dura" tem, de quebra, o dom de colocar o governo nas cordas e a extrema-direita na ofensiva. Criminalidade é um tema com o qual os progressistas lidam mal, as soluções que pregam são de médio e longo prazo, enquanto a população está amedrontada agora e espera respostas imediatas. Algumas pesquisas ligeiras, inclusive do governo, mostraram recuo na popularidade de Lula após o episódio no Rio. "Toda vez que a esquerda fica na defensiva, a extrema-direita avança. Tem sido assim no mundo inteiro", diz o deputado paulista Rui Falcão, ex-presidente do PT. "O programa de governo do Lula propunha criar o Ministério da Segurança Pública. Por que não agora?" •

ines249

PEDRO SERRANO
Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

Cancelados na Operação Contenção

▶ A ação policial no Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho fere princípios humanitários e judiciais

A cultura do cancelamento, como fenômeno contemporâneo, em geral busca silenciar indivíduos ou organizações que expressam ideias consideradas inaceitáveis para determinado grupo ou sociedade. A prática costuma dar-se em ambientes digitais, caso das redes sociais, e suscita discussões sobre liberdade de expressão e censura. Não raro, alguém cancelado na internet é submetido a um linchamento virtual que envolve ameaças e agressões verbais, além, é claro, do aniquilamento de sua reputação.

A gravidade dessa questão tem motivado a criação de mecanismos de criminalização desses ataques. Um exemplo é o Projeto de Lei 1.873, de 2023, que tramita na Câmara dos Deputados e propõe a tipificação do crime do cancelamento virtual, determinando sanções para quem praticá-lo. É uma preocupação bastante pertinente, calcada em novos fenômenos sociais decorrentes de formas de convívio advindas da digitalização e de interações a distância.

Porém, e digo isso sem relativizar o problema supracitado, é necessário jogarmos luz sobre outro tipo de cancelamento. Trata-se de uma forma de linchamento que desobedece a leis vigentes e que acontece não por conta de um ponto de vista manifesto circunstancialmente, mas fruto de distorções seculares, que eventualmente acabam institucionalizadas, ainda que contrariando preceitos de um Estado Democrático de Direito. É o caso do que ocorreu nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro.

Como se sabe, não existe pena de morte no Brasil. Isso é constitucional. A Carta Magna também assegura aos brasileiros amplo direito à defesa, no âmbito da Justiça. Posto isso, a operação policial efetivada no Rio, em 28 de outubro, contra o Comando Vermelho fere princípios humanitários e judiciais, a despeito das alegações do governo do Estado em relatório enviado ao STF.

É preciso um exercício maquiavélico de retórica para emplacar a tese de que houve ali "força proporcional à ameaça", segundo relatado pelo governo estadual. Ou de que os policiais agiram em legítima defesa. Ao considerarmos a disparidade entre os números de agentes de segurança e civis mortos no confronto, entendemos melhor por onde caminha a declaração do presidente Lula ao se referir à operação como "matança".

Só quem é muito mal-intencionado afirma que aqueles que se contrapõem à versão do governador carioca estão "tomando partido de traficantes". É preciso uma dose de cinismo para não colocar na balança o contexto social no qual se desenvolveu o tráfico, a falta de perspectivas e de suporte básico a uma parcela da população há tempos alijada de condições de uma sobrevivência minimamente digna. Uma parcela da população continuamente cancelada, e não é de hoje.

Lembremos que o Brasil foi condenado por chacinas em comunidades do Complexo do Alemão, em operações policiais realizadas em 1994 e 1995. A condenação, por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos, baseou-se em acusações contra agentes que teriam atirado em cidadãos desarmados, além de uma denúncia de que policiais teriam estuprado duas mulheres durante a ação. Em 2021, o Tribunal do Júri absolveu cinco policiais julgados por 13 homicídios qualificados em 1994.

Sobre a operação de 28 de outubro, há denúncias de mães a respeito das execuções de seus filhos. Uma delas, em entrevista comovente, disse que desejava apenas que o filho tivesse tido o direito de ser preso. Em vez disso, foi executado. Silenciado. Sumariamente cancelado. Ela o encontrou na mata, com os punhos amarrados, com ferimentos de faca e de tiro. Essa mãe questionou ainda o efeito prático das mortes para a geração de melhores condições de vida aos jovens e demais integrantes da comunidade.

A mesma indignação pode ser estendida às mudanças sociais efetivas após as chacinas de 1994 e 1995 e outros episódios semelhantes empreendidos na gestão do próprio governo atual do Rio. O que mudou, o que de fato muda na realidade dos moradores após operações como essas e a mais recente, de outubro? Continuarão esses jovens privados de educação, cultura, lazer, oportunidades de crescimento pessoal e profissional? Sem contar o nível de politização da segurança pública que se verifica nessas ocasiões.

Essa reflexão precisa ser aprofundada, adicionando ao debate a possibilidade de classificar organizações criminosas como CV e PCC na categoria de terroristas. Sem um aprofundamento legitimador de ideias e ações, muitos seguirão a se comportar como *haters*, patinando na dicotomia sanguínea estéril e limitada do "mocinho *versus* bandido", que levará a mais desumanização, cancelamento e mortes, sem solução para um problema de toda a sociedade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

MARJORIE MARONA
Professora do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*

O incômodo de Cláudio Castro

▶ O desconforto do governador perante as determinações civilizatórias e constitucionais do STF não é jurídico, é político

A lógica de guerra que embalou a Operação Contenção, deflagrada em 28 de outubro de 2025 nos complexos da Penha e do Alemão, recolocou a segurança pública no centro da política brasileira. No epicentro, a ADPF 635, proposta em 2019 pelo PSB, questiona uma política que transformou o Rio de Janeiro em laboratório de uma letalidade policial estruturalmente incompatível com os direitos fundamentais.

Durante a pandemia, o ministro Edson Fachin concedeu liminar restringindo operações em favelas a "hipóteses absolutamente excepcionais", com exigências de planejamento, transparência e controle. Nos anos seguintes, o Supremo ajustou parte dessas restrições, mas consolidou um regime permanente de condicionamento. Nenhuma operação pode ocorrer sem proporcionalidade, câmeras corporais, ambulâncias e perícia independente, nada além do mínimo civilizatório previsto na Constituição.

Em novo desdobramento, o ministro Alexandre de Moraes determinou a preservação das cenas do crime, o acionamento do Ministério Público e a elaboração de um plano de recuperação dos territórios dominados por facções e milícias. O gesto bastou para provocar críticas do governador Cláudio Castro, que acusou o STF de impor "amarras malditas" à polícia. A frase é reveladora: o que o Supremo chama de Estado de Direito, Castro chama de obstáculo.

O ponto central é, porém, outro. O STF não disputa o comando do Executivo, apenas cobra o cumprimento da Constituição. Em vez de operações midiáticas e pontuais, que transformam favelas em zonas de guerra e rendem dividendos eleitorais, a Corte exige planejamento, ocupação duradoura e reconstrução da autoridade estatal legítima. Nada mais, nada menos. Mas, no Brasil de hoje, pedir o óbvio virou uma forma de provocação.

O Supremo tem assumido, com frequência crescente, um papel de reorientação em temas de alta complexidade, como demonstrou ao garantir a vacinação durante a pandemia e ao impor medidas de proteção aos biomas amazônico e pantaneiro. A segurança pública agora entra nesse mesmo campo: o dos problemas estruturais que desafiam a capacidade do Estado e exigem cooperação federativa, planejamento e controle judicial das inações governamentais.

Ao projetar a crise fluminense para o plano nacional e indicar o protagonismo da Polícia Federal no enfrentamento às redes de armas, drogas e milícias, o STF reafirma que o combate ao crime não se faz com retórica bélica. O problema ultrapassa o Rio, exige coordenação e políticas públicas consistentes, não incursões televisionadas e *slogans* de "guerra ao terror urbano". Mas é justamente essa reconfiguração que ameaça a encenação político-eleitoral que sustenta o governador. Ao federalizar o tema, o STF toca o nervo exposto de um projeto ideológico. A decisão confronta a lógica bolsonarista que ancora o discurso de Castro, fundada na autoridade armada, na hostilidade ao "ativismo judicial" e na defesa da força como linguagem de governo. O desconforto do governador, portanto, não é jurídico, é político.

Pesquisa Datafolha mostra que 68% dos fluminenses desconhecem a ADPF das Favelas. Entre aqueles que conhecem, 41% apoiam a ação e 43% a rejeitam. A Operação Contenção, por outro lado, é vista como "bem-sucedida" por 57% dos entrevistados, e mais de 70% defendem o uso das Forças Armadas como instrumento de pacificação. A divisão é evidente e profundamente ideológica: moradores de favelas e eleitores de Lula tendem a apoiar a ADPF, associando-a à defesa de direitos e à reconstrução da autoridade estatal legítima. Já os bolsonaristas e adeptos da retórica da "mão dura" a enxergam como obstáculo à imposição da ordem pela força.

É nesse abismo de valores, entre o direito e a violência, entre a Constituição e o espetáculo, que se inscreve o verdadeiro incômodo de Castro. O STF não está "invadindo competências". Está apenas lembrando que o Estado não pode matar sem responder por isso. E talvez seja justamente essa lembrança, tão simples quanto constitucional, o que mais incomoda certos governantes. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Um século de luta

MEMÓRIA Clara Charf deixa um inestimável legado em defesa da democracia, dos direitos humanos e da autonomia feminina

POR FABÍOLA MENDONÇA

A história da esquerda brasileira confunde-se com a trajetória de Clara Charf. Viúva de Carlos Marighella, a ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morreu na segunda-feira 4, aos 100 anos, deixando um inestimável legado para a democracia e os direitos humanos no Brasil. Ainda muito jovem, aos 21 anos, ingressou no Partido Comunista Brasileiro. Foi lá que conheceu seu companheiro de luta e de vida, com quem foi casada até 1969, quando ele foi brutalmente assassinado pela ditadura. Os dois atuaram juntos na ALN, organização de luta armada criada pelo próprio Marighella para resistir ao regime de exceção. Após a morte do companheiro, Charf fugiu para Cuba, onde viveu dez anos no exílio, retornando ao Brasil apenas em 1979, após a promulgação da Lei da Anistia.

"Conheci Clara em Cuba, nos anos em que vivi lá, de 1969 a 1970 e, depois, entre 1972 e 1974. Tivemos uma relação muito próxima e nos reencontramos na fundação do PT. Naquele período, vivíamos a descolonização e a sobrevivência da Revolução Cubana", lembra o ex-ministro José Dirceu, ao destacar o papel da amiga no combate à ditadura, na redemocratização do País, na defesa das mulheres e na resistência à criminalização do PT. "Ela foi fundamental no resgate da memória e sempre demonstrou grande solidariedade, mesmo nos momentos difíceis."

Assim como Dirceu, Moema Correia também conviveu com a ativista em Cuba, quando viajou ao país em uma missão da ALN. "Clara era uma militante muito querida e respeitada pelos cubanos. Uma pessoa fina, educada e disciplinada", recorda.

De volta ao Brasil, Charf integrou o grupo de intelectuais que fundou o PT, partido ao qual permaneceu filiada até a morte e pelo qual disputou uma vaga de deputada estadual em São Paulo, em 1982. Na legenda, comandou a Secretaria Nacional de Mulheres e também representou a sigla no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 2003, criou a ONG Mulheres pela Paz, dedicada ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção do protagonismo feminino. Sob sua liderança, o movimento articulou a indicação coletiva de mil mulheres ao Prêmio Nobel da Paz de 2005, entre elas 52 brasileiras.

Ex-militante da ALN e fundadora do PT, a ativista criou, em 2003, a Associação Mulheres pela Paz

O PT descreveu a trajetória de sua ilustre filiada como "um século dedicado à liberdade, à justiça social, ao enfrentamento do fascismo e à defesa intransigente dos direitos humanos". Nas redes sociais, o presidente Lula recordou os mais de 40 anos de convivência com a amiga, com quem afirma ter aprendido muito sobre "política, solidariedade, resistência e humanidade". Destacou ainda que Charf "atravessou seu século de vida com a flexibilidade bonita de quem sabia compreender o novo sem abandonar seus princípios, de quem olhava o

PAULO LIEBERT/ESTADÃO CONTEÚDO

Vidas cruzadas. Charf faleceu no 56º aniversário da morte do seu companheiro, o líder guerrilheiro Carlos Marighella

mundo com lucidez e coração aberto".

Maria Marighella, neta de Charf e presidente da Funarte, ressaltou o papel da avó na formação política de outras mulheres. "Foi inspiração para tantas de nós que colocou na política um sensível radical e fez do direito à memória sua bandeira de amor. Uma existência singular e pulsante, como deve ser a vida", escreveu em uma rede social. Na mesma linha, o jornalista Mário Magalhães, biógrafo de Marighella, disse que a ex-militante foi uma das mulheres mais fascinantes, generosas e destemidas que o País conheceu. "Não era corajosa confrontando fracos, mas sim os fortes e poderosos."

Eneá de Stutz e Almeida, professora da Faculdade de Direito da UnB e ex-presidente da Comissão de Anistia, reforçou a necessidade da Justiça de Transição e o direito à memória e à verdade, no sentido de manter viva a história de ativistas como ela. "Todos os anos da vida de Clara foram de luta por um país mais solidário, menos injusto, mais fraterno e, principalmente, mais democrático. Nunca parou de lutar e o exemplo dela precisa ser conhecido por todas as pessoas no Brasil, porque é uma heroína da pátria."

A viúva de Marighella também foi homenageada pelo MST, movimento do qual era uma de suas maiores entusiastas. João Pedro Stedile, líder dos sem-terra, destacou a atuação política do casal, que começou a militância ainda na ditadura Vargas, continuou na clandestinidade do PCB, na ALN e no enfrentamento aos militares após o golpe de 1964. "Nesse casal temos o exemplo de militância. Eles deixaram o legado da coerência, da fidelidade ao povo brasileiro, do amor ao estudo e da luta permanente, independentemente do grau de sacrifício que essa luta exigia. Eles atuaram em várias trincheiras, mas sempre com o mesmo objetivo: ajudar a organizar e conscientizar o povo e construir uma sociedade mais justa e igualitária."

Mesmo convivendo por tantos anos ao lado de Marighella, Clara Charf não tinha um comprovante oficial da união do casal, algo que só passou a existir com a retificação na certidão de óbito do líder guerrilheiro, emitida recentemente pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. "Por causa da clandestinidade, não existia nenhum documento da união deles. A certidão de óbito que emitimos foi o primeiro com esse reconhecimento oficial, o que foi muito importante para a família. Pena que foi tão tarde e talvez ela nem tenha ficado sabendo da medida", ressalta Eugênia Gonzaga, presidente do colegiado.

Há alguns anos, Charf foi diagnosticada com Alzheimer. Ela estava internada em um hospital em São Paulo e morreu de causas naturais, segundo comunicado da Associação Mulheres Pela Paz. Quis o destino que a militante falecesse na véspera do 56º aniversário da morte de Carlos Marighella. •

ines249

RENATO MEIRELLES
Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*

O fígado e a geladeira

▶ Um é conservador, a outra, desenvolvimentista. A tal polarização é porosa

Escrevo como quem passa a vida a ouvir o Brasil real – na fila do posto de saúde, no ônibus lotado, nas pesquisas que lidero aqui no Instituto Locomotiva. A minha conclusão é direta: os extremos fazem muito barulho, mas não são a maioria. A maior parte do País vive fora do ringue e quer solução simples para problema concreto. Cada vez mais pesquisas mostram que os grupos mais engajados são menores e vocais, enquanto a maioria "invisível" não está polarizada e prefere afastar-se da briga. Ou seja, o debate parece dividido em dois porque quem grita ocupa a sala, quem trabalha em silêncio, a maioria, saiu para resolver a vida.

Estudo do meu amigo Pablo Ortellado faz uma segmentação interessante do eleitorado, onde não aparecem só dois lados, mas seis perfis. Dois são militantes, dois são conservadores mais moderados, e dois – os "desengajados" e os "cautelosos" – formam essa maioria silenciosa. É com ela que a política tem de voltar a conversar. A foto dos segmentos ajuda a entender por que há tanta contradição aparente: conheci a Dona Alzira, diarista, evangélica e grande usuária dos serviços públicos. Na real, o fígado da Dona Alzira é conservador, mas a geladeira é desenvolvimentista. Tradução: nos valores, ela é prudente, no bolso, quer um Estado que funcione. Esse Brasil híbrido não cabe em rótulo, cabe na feira, onde se comparam preço e qualidade.

Isso nos leva ao primeiro ponto. A polarização no Brasil é porosa. Há convicções fortes nas pontas, mas muito espaço de diálogo no meio. Segundo ponto. Nosso problema é o apagão da última milha. Muita gente decide tarde ou nem vai votar porque ninguém explicou, de forma simples, "o que muda amanhã de manhã". Terceiro, vivemos em volatilidade. O humor muda com o preço do gás, a vaga na creche, o remédio disponível. Quarto. Sempre há janela para virar opinião quando a conversa é prática e respeitosa. Rótulo não muda voto, recibo muda.

Também é verdade que há uma crise de confiança concentrada em segmentos conservadores mais mobilizados. Desconfiança do Congresso, da imprensa, do STF e do TSE. Essa erosão de confiança ajuda a explicar por que grupos pequenos fazem parecer que o País inteiro está em guerra. É barulho real, mas não é o Brasil inteiro. Por isso, a estratégia de despolarização não é mandar calar a torcida, é ampliar a arquibancada de quem quer jogo jogado com regra clara: transparência, prestação de contas e serviço que chega na ponta.

Quem mostra o caminho dessa virada são as mulheres. Elas são as que mais usam os serviços públicos, tiram senha no CRAS, marcam consulta para os filhos e cobram vagas em creches. Quando a política escuta as mulheres, a pauta sai do Twitter e entra na cozinha: cesta mais barata, iluminação no ponto de ônibus, mutirão de exames, acolhimento em delegacia de mulher. Já vi acontecer. Em Maceió, um ponto de ônibus ganhou luz e câmera depois da pressão de um grupo de mães. O medo caiu e o comércio do entorno melhorou. Ninguém trocou de ideologia, trocaram de humor. Numa outra cidade, o mutirão de catarata virou o assunto da rua e aproximou vizinhos que não se falavam. É a justiça que chega, e quando chega desarma a briga.

Como transformar tese em prática? Primeiro, falar com o meio. Menos sermão, mais serviço. Segundo, fazer campanha na rua com cérebro de dados. Entender microterritórios, levar mensagem curta, testar todo dia. Terceiro, soluções empilháveis: tarifa social mais mutirão de saúde mais crédito produtivo mais zeladoria de bairro. Quarto, respeitar as contradições. Elas não são defeito moral, são mapas de porosidade. Quinto, dar recibo: baixar o preço do feijão vale mais do que mil *hashtags*.

Sei que há quem desconfie: "Mas o grito não venceu?" O grito influencia, claro. Quando olhamos a sociedade em camadas, vemos, porém, que os mais barulhentos são menores e que a maioria tem muito mais pontos em comum do que aparenta. O papel de quem governa e de quem faz política é tirar o tema da ofensa e trazer para a oferta. O que oferecemos de concreto para a vida dos cidadãos? Quando a oferta é boa, a conversa acontece. E quando a conversa acontece, a ponte aparece.

A democracia brasileira não precisa virar terapia de casal, precisa virar mutirão de bairro. Cada um faz um pouco, todo mundo vê resultado, a confiança volta. Se trocarmos o "quem você é" pelo "o que a sua família precisa", o ringue esvazia. E a maioria, que já é pragmática, puxa o País para o centro da vida real, onde o fígado pode continuar conservador, a geladeira pode continuar desenvolvimentista e, mesmo assim, a gente se entende. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

IA e integração entre setores público e privado ganham força no Brasil

POR **GUSTAVO RIBEIRO,** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

No último dia 30 de outubro, foi realizada a 29ª edição do Congresso da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge). Com um dia de duração, em São Paulo, o evento reforçou mais uma vez o papel da entidade como fomentadora de diálogos propositivos rumo à constante melhora do sistema de saúde brasileiro. Prova disso pôde ser vista no palco. Diante de 1,3 mil pessoas, entre autoridades, reguladores, julgadores, especialistas e executivos de planos de saúde, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez dois importantes anúncios de ações práticas para o fortalecimento do nosso modelo.

Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

O primeiro deles foi a assinatura de um memorando de entendimento entre a União, por meio da pasta da Saúde, e a HealthAI, para que o Brasil participe de um modelo de cooperação cujo objetivo é promover o desenvolvimento e a adoção de soluções responsáveis para o uso da Inteligência Artificial no setor. Tal participação se dará por meio da implementação voluntária e colaborativa de mecanismos regulatórios e padrões globais para o uso ético e responsável da IA na gestão e no atendimento médico-hospitalar da população brasileira e global. Com a assinatura do memorando, testemunhada pela secretária de Informação e Saúde Digital, Ana Estela Haddad, pelo presidente da ANS, Wadih Damous, pela diretora da agência, Carla Soares, e pelo CEO da HealthAI, Ricardo Baptista Leite, o Brasil tornou-se país pioneiro no movimento, ao lado de Reino Unido, Cingapura e Índia.

Em seguida, o ministro Padilha, desta vez acompanhado por representantes da Santa Casa de Misericórdia, pelo CEO da Hapvida, Jorge Pinheiro, e por autoridades do Ceará, do Pará e do Distrito Federal, assinou a expansão do programa "Agora Tem Especialistas" para as regiões acima citadas. Com a ampliação, o governo federal, que lançou a iniciativa em Pernambuco, caminha a passos largos para viabilizar a cooperação entre os setores público e privado para a redução das filas de acesso aos serviços de saúde pelos cidadãos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS.

Diante dos avanços práticos, mais que um evento, o Congresso Abramge firmou-se como um marco de convergência e construção coletiva, no qual representantes da saúde pública e da suplementar estiveram lado a lado, compartilhando compromissos. A discussão teórica sobre uma nova ordem mundial também pautou debates profundos, com reflexões sobre a democracia brasileira, os rumos econômicos do País e a necessidade de modernização da regulação diante dos rápidos avanços tecnológicos, além de testemunhos de consumidores beneficiários do sistema – cidadãos que estão cada vez mais no foco das instituições de saúde e da agência reguladora.

Por fim, não posso deixar de mencionar as lições dadas pelo professor e filósofo Yuval Harari. Um dos maiores pensadores da atualidade, ele discorreu por mais de uma hora sobre os impactos da Inteligência Artificial no mundo e na saúde. Em suas palavras, a tecnologia pode ser usada em benefício do homem – por exemplo, na detecção de padrões que antecipem pandemias, como a que vivemos recentemente –, mas também exige cautela, regulação e uso ético. Não por acaso, o Brasil tornou-se signatário da HealthAI. O tema, porém, não se esgotou ali. Na Abramge, já começamos o planejamento do 30º Congresso, a ser realizado em novembro de 2026, que terá a Inteligência Artificial como eixo principal das discussões.

O massacre econômico

RIO DE JANEIRO O RH do tráfico não enfrenta dificuldade para recrutar soldados em meio à ruína industrial e institucional do estado

POR CARLOS DRUMMOND

A degradação econômica e institucional do Rio de Janeiro nos últimos 65 anos criou um terreno fértil para a supremacia do crime organizado. Em grande medida, a cidade transformou-se em uma usina de ocupações de baixa remuneração e escassas perspectivas, fornecendo mão de obra barata e abundante para o narcotráfico. Enquanto as causas estruturais dessa crise não forem enfrentadas, esse cenário permanecerá, alertam especialistas.

O processo de desindustrialização, acelerado pela fuga de empresas para estados mais organizados, criou enormes espaços vazios, frequentemente ocupados pelo tráfico ou por milícias, documenta o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Entre 2010 e 2022, o número de estabelecimentos abandonados na capital fluminense aumentou 125%, de 10.104 para 22.287, abrangendo sobretudo antigas instalações industriais e comerciais. Neste último ano, havia 479,3 mil "domicílios vagos e de uso ocasional" de todos os tipos na cidade. "Onde hoje é o Complexo do Alemão, existia, no começo do século XX, um conjunto de fábricas, armazéns e galpões", observa o economista Paulo Gala, professor da FGV. A taxa de desemprego entre jovens no Rio de Janeiro atingiu 20,5%, a maior do País, segundo a Pnad. A média nacional é de 12%.

"A relação entre a degeneração econômica e a criação de condições para a proliferação do crime organizado é total", afirma o geógrafo Elias Jabbour, presidente do Instituto Pereira Passos e professor da Uerj. Segundo ele, a solução para a criminalidade e a violência urbana depende de mudanças estruturais que, dentro do modelo neoliberal, dificilmente ocorrerão. Haverá ações de rastreamento de recursos e prisões de lideranças, mas o problema central permanecerá. Sem empregos industriais de qualidade, que paguem

A participação fluminense no PIB nacional despencou 38,8% entre 1970 e 2017, revelam dados do IBGE

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 35
Volkswagen. A montadora alemã mergulha no mercado de carros elétricos e híbridos

Poucos sabem. O Complexo do Alemão abrigava fábricas e armazéns no início do século XX. O turismo não tem grande peso na arrecadação de ISS da capital

mais de dois salários mínimos, os moradores das favelas não têm mobilidade social nem perspectiva de futuro.

A solução passa pela recuperação da capacidade do Estado de realizar grandes intervenções no território, entrar nas favelas e transformá-las de fato, urbanizando as comunidades. "Isso geraria uma demanda tão grande que enfraqueceria os traficantes e as organizações criminosas", destaca o presidente do IPP. Os instrumentos para criar essa demanda, fundamentais para enfrentar a crise de segurança, praticamente não existem. "Hoje, a política fiscal está criminalizada, a meta de inflação é irreal, a taxa de juros é de 15%, enquanto o tráfico de drogas não enfrenta problemas de liquidez. É muito dinheiro. A situação é extremamente desigual."

O remédio para o Rio está atrelado a uma solução para o País, defende Jabbour. "O Brasil precisa atingir uma formação bruta de capital de 25% do PIB. Caso contrário, é o caos", avalia. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) corresponde aos investimentos em bens duráveis que aumentam a capacidade produtiva, como máquinas, construção civil e propriedade intelectual, sendo um indicador do investimento em ativos usados para gerar outros bens e serviços. Em 2024, a FBCF alcançou apenas 17% do PIB, pouco acima dos 16,4% registrados em 2023.

Para atingir 25% de formação bruta de capital, é necessário manter um crescimento anual do PIB entre 5% e 7% por cinco a oito anos consecutivos, como mostram os exemplos de países avançados. O Brasil, exceto nos anos 1970, com o recorde histórico de 14% em 1973, não chega nem a

MAURO PIMENTEL/AFP E ISTOCKPHOTO

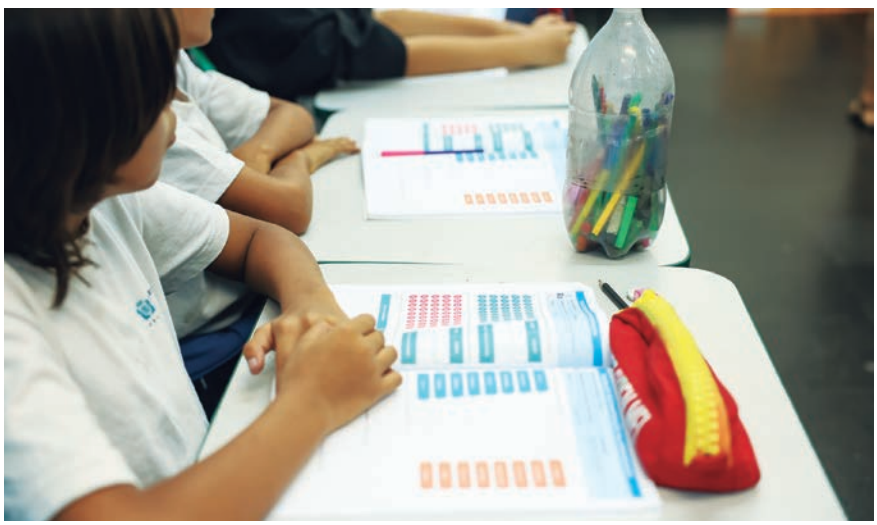
um terço desse ritmo. Entre 1980 e 2024, a média anual ficou entre 2% e 3%. Um crescimento de 3% merece celebração após a devastação econômica nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, mas, historicamente, nenhuma nação se desenvolveu de forma sustentada com esse ritmo.

Segundo o economista Mauro Osório, professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e fundador do Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro (Ierj), a crise estrutural do estado do Rio de Janeiro decorre da transferência da capital para Brasília, em 1960, sem compensações, da limitada tradição de planejamento regional e do predomínio de uma política clientelista. "Na Alemanha, quando a capital mudou de Bonn para Berlim, quase metade dos ministérios continuou em Bonn. Aqui, não houve compensação nem resistência local, não há um *lobby* regional", diz Osório.

A falta de reflexão regional é substituída por "muito senso comum equivocado", exemplifica Osório. Muitos acreditam, por exemplo, que o turismo tem grande peso econômico. "Fiz um levantamento e constatei que, na cidade do Rio, no mês do Carnaval, o ISS é menor do que na média dos outros meses. No total da receita do ISS, apenas 3% vêm do turismo, incluindo hotéis, agências de viagem e demais atividades do setor que pagam o Imposto Sobre Serviços", relata o economista. Em contraste, 24% do ISS provêm do setor privado de saúde. A hegemonia política do clientelismo, iniciada no governo de Chagas Freitas, foi articulada pela Assembleia Legislativa e persiste até hoje, tornando-se uma espécie de máfia. "Não há um bom diagnóstico da cidade e do estado, daí a minha militância para criar uma reflexão regional", destaca o professor.

A Petrobras contratou 50 navios, mas nenhum será produzido no Rio, porque os estaleiros locais estão sucateados

No complexo de óleo e gás, 80% dos fornecedores estão fora do Rio, a maior área de produção. "A Petrobras, no governo atual, já contratou quase 50 navios de apoio, nenhum deles fabricado no estado. Há vários estaleiros, mas quase todos desestruturados, à exceção do de Angra, que faz mais módulos", diz Osório. "Repare como não brigamos pelo Rio: quando a Embratur saiu daqui, ninguém reclamou."



TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Vexame. Em 2023, o estado registrou o segundo pior Ideb no Ensino Médio do País

Entre 1970, quando se consolidou a transferência da capital federal para Brasília, e 2017, o estado do Rio perdeu 38,8% de participação no PIB nacional, a maior queda entre todas as unidades federativas, aponta Osório, com base em dados do IBGE. O recuo reflete-se também no emprego formal: entre 1985 e 2023, o número de postos cresceu 62,3%, menos da metade do avanço de 167% no País, e o menor crescimento entre todas as unidades federativas, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho. No segundo trimestre de 2025, o desemprego atingiu 8,1%, ante 5,8% no Brasil. "Ou seja, o Rio de Janeiro virou o 'lanterna' do País em termos de dinamismo econômico", dispara Osório.

O Rio de Janeiro, que ocupava a segunda posição em número de empregos formais na indústria em 1985, atrás apenas de São Paulo, caiu para a sexta colocação no ranking nacional em 2018, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A estrutura pública e os indicadores sociais também se deterioraram. Em 2023, o estado registrou o segundo pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ensino Médio do País, e a taxa de mortalidade materna chegou a 74,4 óbitos a cada 100 mil nascimentos, bem acima da média nacional (50,94) e superior às das regiões Norte (69,4) e Nordeste (55,9).

De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na área da saúde, em 2016 nenhum município fluminense figurava entre os 20 melhores do Sudeste e Sul com mais de 100 mil habitantes. Entre os 20 piores, sete eram do Rio de Janeiro. Durante a pandemia de 2020, a população fluminense, fragilizada por décadas de enfraquecimento econômico e institucional, sofreu mais que o restante do País: em junho, a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes pela Covid-19 chegou a 34,8 no Rio, ante 18 em São Paulo, segundo dados do Ministério da Saúde. •

ines249

ADALBERTO VIVIANI
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

Volks flex

▶ A montadora alemã mergulha no mercado de elétricos e híbridos

A Volkswagen demorou, mas resolveu encarar de frente a briga no mercado de elétricos e híbridos. A montadora prepara para 2026 uma geração de veículos produzidos no Brasil. A estratégia é começar com os híbridos, considerados pela fabricante mais adequados a uma fase de transição e de aderência dos consumidores. O plano faz parte de um investimento de cerca de 20 bilhões de reais na América do Sul até 2028, voltado ao desenvolvimento de motores híbridos, elétricos e novas plataformas de produção.

A Volkswagen considera que o consumidor brasileiro ainda tem vínculos fortes com os motores a combustão e por isso o foco em híbridos flex, que combinam o motor elétrico e a possibilidade de rodar com gasolina ou etanol. A combinação com o combustível de origem vegetal com o motor elétrico é considerada uma vantagem estratégica no campo da sustentabilidade e por gerar a possibilidade de opção pelo usuário, que pode escolher o combustível a partir do preço.

Entre os primeiros modelos cotados para receber a nova tecnologia estão o T-Cross e o Nivus, dois dos SUVs compactos mais vendidos da marca no País. A VW também estuda versões híbridas de veículos de entrada e, em etapas posteriores, sistemas híbridos *plug-in*, com recarga externa.

O objetivo é oferecer carros mais eficientes e com preços competitivos, capazes de se posicionar entre os modelos convencionais e os elétricos puros, ainda caros para a maioria dos consumidores. Caso consiga equilibrar custo e desempenho, a Volkswagen poderá abrir espaço para uma nova categoria de híbridos "populares", produzidos nacionalmente e voltados à realidade do mercado brasileiro.

Gosto amargo

A Campari, gigante italiana de bebidas, viu suas ações caírem após autoridades fiscais italianas terem apreendido quase 1,3 bilhão de euros em ações da Lagfin SCA, *holding* controladora do grupo. A medida faz parte de uma investigação sobre suposta evasão fiscal relacionada à "exit tax", tributo devido pela mudança da sede da Lagfin de Luxemburgo para os Países Baixos em 2020.

A Lagfin nega irregularidades e afirma que a apreensão não afeta o controle da Campari. A empresa, por sua vez, ressaltou não estar envolvida no processo e que suas operações seguem normais. Ainda assim, o mercado reagiu negativamente, com queda de perto de 5% nas ações. Fundada em 1860, a Campari é dona de marcas como Aperol e SKYY Vodka, além do *bitter* mundialmente conhecido que dá nome à empresa. A companhia encerrou o ano de 2024 com faturamento de 3,07 bilhões de euros, em torno de 16,5 bilhões de reais, crescimento de 2,4% em relação ao ano anterior.

Cashback

O *cashback* previsto na reforma tributária pode gerar ganhos importantes para a população mais pobre. O mecanismo funcionará como uma devolução parcial de tributos pagos, uma espécie de "dinheiro de volta" para famílias registradas no CadÚnico, com renda de até meio salário mínimo por integrante.

Na prática, os tributos federais e estaduais que compõem o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) serão cobrados normalmente, mas uma parte será devolvida diretamente ao consumidor, na faixa de renda determinada. Em alguns casos, como contas de luz, água, gás e telecomunicações, a devolução poderá chegar a 100% do valor pago em tributos.

O impacto desse dinheiro no consumo tem potencial para ser um dos fatores a mexer no ponteiro de compras. Algumas estimativas falam em aumento de 10%, em média, na renda da população mais pobre, o que pode ser revertido no consumo de, especialmente, produtos da cesta básica.

Batata frita

A canadense McCain Foods, maior produtora mundial de batatas fritas congeladas, investirá 1,8 bilhão de reais na ampliação da fábrica em Araxá, Minas Gerais. É o maior aporte da empresa no Brasil. A expansão incluirá novas linhas de batatas e produtos pré-formados, além de câmaras frias e silos de armazenamento, com previsão de operação em 2027. A McCain entrou no País em 1992 e consolidou presença ao comprar 49% da Forno de Minas, em 2018, assumindo o controle total em 2023. Com a aquisição, a empresa moldou sua estratégia de logística fria e ganho de importância no varejo, o que significou maior exposição da marca. O grupo fatura cerca de 14 bilhões de dólares canadenses e atua em mais de 160 países. No Brasil, o investimento deve gerar mais de 350 empregos diretos e mil indiretos, fortalecer fornecedores agrícolas e reduzir importações. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Excelência do grão ao gole

Da escolha da cevada ao transporte, cada etapa influencia o sabor, o aroma e a experiência de uma cerveja de qualidade

Quem vive nos centros urbanos dificilmente associa a cerveja – símbolo de celebração e parte da cultura brasileira – à rotina de um produtor rural. Mas é no campo, nas lavouras de cevada do Rio Grande do Sul, que começa a trajetória da bebida mais consumida do País. Por trás de cada gole há um processo que envolve pesquisa, tecnologia e relações duradouras com agricultores, maltarias, cervejarias e distribuidores. A qualidade da cerveja nasce no campo e se consolida em cada etapa – da escolha dos insumos ao envase, passando pela fermentação, pela logística e até pelas versões sem álcool, que mantêm o mesmo padrão de sabor e frescor.

Em Passo Fundo, polo do cultivo da cevada, a Ambev realiza há mais de duas décadas o Dia de Campo, evento que reúne agricultores, cooperativas e técnicos para compartilhar conhecimento sobre produtividade, manejo e sustentabilidade. A ação integra uma estratégia de longo prazo que conecta a companhia a uma média de 600 produtores por ano da região.

A cada safra, perto de 350 mil toneladas de cevada passam por esse ecossistema, resultado de programas que incluem fornecimento de sementes, crédito, orientação técnica e acompanhamento no manejo. "O campo é o ponto de partida de toda a nossa cadeia produtiva. Investir em tecnologia, sustentabilidade e no desenvolvimento das famílias agricultoras é investir na qualidade da cerveja que chega ao copo dos brasileiros", afirmou Felipe Baruque, vice-presidente de Suprimentos e Sustentabilidade da Ambev, na abertura do evento.

Ponto de partida

Desde a década de 1970, ainda como Cervejaria Brahma, a empresa mantém centros próprios de pesquisa e desenvolvimento genético de cevada. O trabalho envolve criação de novas variedades adaptadas ao clima do Sul e focadas em rendimento, resistência a doenças e estabilidade de qualidade.

Entre as cultivares desenvolvidas, nomes como Rubi, Valente e Invicta destacam-se por alta produtividade e resistência a pragas, enquanto as linhagens experimentais EBI 2026 e 2027 prometem avanços no controle de doenças e na eficiência da malteação.

Cada safra envolve mais de 600 produtores conectados à cadeia de cevada da Ambev

O processo começa com a seleção de áreas e apoio técnico ao produtor. A Ambev financia a semente, recomenda o manejo mais adequado e acompanha o ciclo completo – do plantio à colheita – por meio de seus agrônomos. O modelo inclui ainda a garantia de recompra do grão, reduzindo riscos e assegurando previsibilidade de renda. "Fixar o produtor é algo muito importante. A gente oferece segurança, assistência técnica e um preço acordado, para que ele possa continuar no ciclo produtivo com confiança", explicou Baruque.

O uso de práticas regenerativas, como a rotação de culturas e cobertura do solo, vem sendo incorporado ano após ano. A cevada, cultivada no inverno, ajuda a preservar o solo e contribui para o equilíbrio das lavouras de verão, como a soja. "A agricultura pode ser um veículo de sustentabilidade. Quando o produtor aplica boas práticas, ele preserva o solo e ainda melhora o desempenho das próximas safras", completou.

Do grão ao gole

A cevada colhida segue para as maltarias da Ambev, onde o grão passa por um processo de germinação e secagem controla-

Apoio ambev

DIVULGAÇÃO AMBEV

Cada etapa, dos campos de cevada (*esq.*), a maltaria de Passo Fundo (*acima, à esq.*) até a seleção dos grãos, é monitorada para garantir a qualidade da bebida

da, até se transformar em malte – um dos principais ingredientes da cerveja, abastece as cervejarias da Ambev em todo o território brasileiro. Em média, as maltarias da companhia processam cerca de 1 milhão de toneladas por ano, garantindo autossuficiência regional e qualidade constante.

"É impossível fazer uma boa cerveja com uma cevada ruim, mas é bem possível fazer uma cerveja ruim a partir de uma cevada boa", resume Baruque. A frase sintetiza o mantra da qualidade presente em cada elo da cadeia. Da escolha da semente ao momento em que o consumidor ergue o copo, cada detalhe influencia o resultado final.

Dentro das cervejarias, 1.300 pontos de controle de qualidade acompanham cada fase do processo, do recebimento da matéria-prima até o envase. A precisão é o que assegura que a composição de água, cereais, lúpulo e levedura mantenha o sabor e o aroma esperados em cada rótulo. As leveduras, responsáveis pela fermentação, são cultivadas e preservadas em condições controladas, garantindo consistência e pureza em larga escala.

Cuidado constante

O controle segue após o envase. Garrafas e latas passam por verificações de pressão, vedação e limpeza antes de seguirem para os centros de distribuição. No transporte, o produto é armazenado em temperatura adequada e protegido da luz, evitando alterações no sabor. "Do grão ao gole, tudo importa. A qualidade apresenta-se nos detalhes", reforça o executivo.

O compromisso estende-se aos pontos de venda, com programas de treinamento voltados a bares, restaurantes e distribuidores sobre armazenamento, temperatura e serviço. A meta é que a cerveja chegue ao consumidor com os mesmos frescor e sabor idealizados no momento da brassagem.

A atenção aos detalhes reflete um conceito mais amplo dentro da companhia: qualidade nos negócios. O mesmo rigor aplicado à produção deve estar presente nas relações com agricultores, funcionários, distribuidores, clientes e donos de bares. Essa cultura se traduz em processos internos de melhora contínua e no cuidado com a cadeia de valor, em que cada elo é responsável pela entrega de um produto final de excelência.

Nos últimos sete anos, as marcas da Ambev somaram mais de 1.300 medalhas em concursos nacionais e internacionais. Rótulos como Original, Spaten, Brahma Zero e Colorado foram reconhecidos por sabor, equilíbrio e inovação.

O setor cervejeiro representa 2% do PIB nacional e mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos. Somente nos últimos três anos, a companhia destinou 10 bilhões de reais em investimentos no Brasil, ampliando fábricas, modernizando maltarias e apoiando projetos de inovação e desenvolvimento regional.

Para a maior cervejaria do mundo, qualidade é um princípio que sustenta toda a operação. Do agricultor ao bar, do grão ao gole, a excelência nasce do cuidado, da parceria e da consistência em cada detalhe. •

Produzido por Studio Carta

O tempo desafia a lógica

IDEIAS A reprodução das sociedades está sob os impulsos da categoria social que controla os meios de produção

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

No livro *Epistemics and Economics*, George Shackle cuida de encarar a questão da racionalidade, tão cara aos economistas. "O tempo e a lógica", comenta Shackle, "são estranhos um ao outro. O primeiro implica a incerteza, o segundo demanda um sistema de axiomas, um sistema envolvendo tudo que é relevante. Mas, infelizmente, o vazio do futuro compromete a possibilidade da lógica".

George Shackle afirma que a economia é uma área do conhecimento submetida às incertezas da vida humana em sociedade. Ela procura estudar o comportamento dos agentes privados em busca da riqueza, nos marcos de um quadro social e político determinado temporalmente, isto é, cada nova decisão de acumular riqueza tem um caráter crucial, porquanto tem o poder de reconfigurar as circunstâncias em que foi concebida.

Shackle está se referindo às decisões empresariais de investimento – introduzir novas tecnologias ou mudar a localização de seus empreendimentos. São decisões cruciais, na medida em que "criam o futuro". Essa criação do futuro é, para ele, um ato originário e irredutível dos que controlam a criação de riqueza no capitalismo. Esse ato é irreversível e praticado em condições de incerteza radical.

Sir Isaiah Berlin valeu-se de Arquíloco para distinguir dois tipos de sabedoria e ciência: "A raposa sabe muitas coisas, o ouriço sabe uma grande coisa". Shackle usou a frase de Berlin (que, aliás, gostava de garimpar frases no rico veio da poesia clássica) para definir Keynes e a *Teoria Geral*, diante do desencontro de ideias que assolou a chamada teoria econômica durante os anos 30.

Shackle sugeriu que, sob vistosa pelagem de raposa, escondia-se Keynes, o ouriço. Os detentores de riqueza sob a forma monetária são obrigados a saltar no vazio. Apostam que, entre sua decisão de empregar o seu dinheiro agora na contratação de fatores de produção e a recuperação do valor monetário acrescido no futuro, nenhum fenômeno perturbador vai ocorrer. Tais decisões são tomadas individualmente na suposição de que os demais vão continuar se comportando da mesma maneira ou de que, em última instância, a mão invisível estará a postos para coordenar as decisões individuais.

Os detentores de riqueza monetária sempre apostam que nenhum fenômeno perturbador vai ocorrer

Keynes sugeriu que, ao contrário do que procurava demonstrar a bela arquitetura dos modelos de equilíbrio geral, a reprodução dessas sociedades não estava garantida. Estava, sim, sujeita aos impulsos, aos medos e às avaliações da categoria social que detém o controle dos meios de produção. Essa classe de empresários e senhores da finança pode usar o seu poder, conferido pela posse dos meios de produção e pelo controle do dinheiro e do crédito para enriquecer a si mesma e à sociedade ou simplesmente abandonar-se ao entesouramento e à proteção patrimonial.

Lembrei-me dos escritos de Aristóteles. O filósofo grego fez uma distinção entre a Aquisição Natural ou "Economia" e a Aquisição Artificial ou "Crematística". A Aquisição Natural diz respeito às relações entre as necessidades humanas e os bens destinados a satisfazê-las. Já a Aquisição Artificial ou Crematística, "inventada para as necessidades de comércio, originou uma nova maneira de comerciar e adquirir. No princípio, era bastante simples; depois, com o tempo, passou a ser mais refinada, quando se soube de onde e de que maneira se podia tirar dela o maior lucro possível. É esse lucro pecuniário que ela postula; ela só se ocupa em procurar de onde vem mais dinheiro: é a mãe das grandes fortunas. De fato, comumente se faz consistir a riqueza na grande quantidade de dinheiro".

No *Tempos Modernos* de Chaplin, o nascimento das ciências sociais e da economia busca enfrentar a questão da reprodução de uma sociedade fundada na divisão social do trabalho, no interesse individual e no impulso à acumulação monetária. Keynes, como bom ouriço, tratou dessa questão na perspectiva de Aristóteles.

ANGELA WEISS/AFP

Habermas sugere que, além de estarem submetidas à confirmação empírica (ou à rejeição), as teorias da sociedade devem estar sujeitas à demonstração de que são "reflexivamente aceitáveis".

"A investigação não apenas das instituições e práticas sociais, mas também das convicções que os agentes têm sobre a sua própria sociedade – investigar não apenas a realidade social, mas o saber (...). Isto é, uma teoria social é uma teoria a respeito (entre outras coisas) das convicções dos agentes sobre a sua sociedade, sendo ela mesma uma dessas convicções."

A questão da "reflexividade" foi investigada em outras órbitas do conhecimento da sociedade. A relação entre os meios de comunicação e a sociedade de massa foi examinada competentemente por muita gente boa, como Theodor Adorno e Marshall McLuhan. O meio é a mensagem, ensinou McLuhan ao tratar da formação das consciências nas sociedades de massa em que a informação é comandada pelos meios de comunicação. "A mídia afeta nossa estrutura conceitual nas dimensões pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais. Não deixa nenhuma parte intocada, inalterada. O meio é a mensagem. Qualquer compreensão da mudança social e cultural é impossível sem um conhecimento da forma como a mídia funciona."

Elaboração. A linguagem dos mercados financeiros não descreve um determinado estado de coisas, mas produz consensos que "constroem" fatos reais

O economista Christian Marazzi, em seu livro *Capital e Linguagem*, cuidou das marchas e contramarchas das economias nos últimos 30 anos. Marazzi sublinha a natureza "performativa" da linguagem do dinheiro e dos mercados financeiros. Performativa quer dizer que a linguagem dos mercados financeiros contemporâneos não descreve, e muito menos "analisa", um determinado estado de coisas, mas produz imediatamente consensos que "constroem" fatos reais.

Para não desmerecer a lógica, vou ousar recorrer a um trecho da *Lógica* de Hegel: "Quando as formas são tomadas como determinações fixas e, consequentemente, em sua separação uma da outra, e não como uma unidade orgânica, elas são formas mortas e o espírito que anima sua vida, a unidade concreta não reside nelas... O conteúdo das formas lógicas nada mais é senão o fundamento sólido e concreto dessas determinações abstratas; e o ser substancial dessas abstrações é usualmente buscado fora delas". •

Defeito de cor

EUA Um ano após a vitória eleitoral de Donald Trump, supremacistas brancos ditam a política na Casa Branca

POR JAMIL CHADE

Na noite de 5 de novembro de 2024, numa festa organizada por jovens republicanos em Nova York, a vitória de Donald Trump não foi acompanhada por lágrimas de emoção, mas por berros de revanche, com fortes componentes racistas e xenófobos. Nas declarações eufóricas daquela base mais radical do trumpismo numa madrugada fria, um alerta de que a conquista do poder por eles teria consequências.

A vitória eleitoral de Donald Trump acaba de completar um ano e, juntamente com ela, grupos de extrema-direita e ultraconservadores comemoram o desembarque sem precedentes do nacionalismo e da ideologia dos supremacistas brancos na Casa Branca e nas políticas públicas dos Estados Unidos. Ao longo dos últimos meses, o republicano e aliados desmontaram iniciativas de promoção de equidade racial, denunciaram medidas de cotas como discriminatórias contra brancos e adotaram decretos prevendo que museus deveriam tão somente "glorificar" a história dos EUA, sem referências ao racismo estrutural no país.

Outro sinal da força da ala mais radical tem sido a adoção em leis, discursos e decretos de termos até então usados apenas por supremacistas brancos. Ainda que em muitos casos as postagens nas redes sociais façam um deboche do estrangeiro ou direcionem a mensagens racistas, foi o uso de uma palavra pelo Departamento de Segurança Interna que revelou a penetração da ultradireita: "re-emigrar". O próprio Trump tem usado o termo com regularidade em postagens em redes sociais. "A América foi invadida e ocupada. Estou revertendo a invasão. Chama-se re-emigração", afirmou o presidente em junho.

Naquele mesmo mês, ele voltou a escrever, sem dispensar o uso de letras garrafais, que seu governo iria "focar na RE-EMIGRAÇÃO de estrangeiros para os locais de onde vieram e em impedir a entrada de QUALQUER PESSOA que prejudique a tranquilidade interna dos Estados Unidos". No governo, a palavra tem sido usada para determinar a política de promoção da "autodeportação". Em troca de um cheque de mil dólares, estrangeiros podem deixar o país. Sem dar provas ou detalhamento, a Casa Branca insiste que,

O governo está em uma cruzada contra a chamada "Grande Substituição"

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Israel. Netanyahu quer silenciar as denúncias de tortura contra o exército

GEOFF LIVINGSTON, ROBERT CANO/CBO E DANIEL TOROK/ CASA BRANCA OFICIAL

Seleção antinatural. Enquanto manda embora ou barra imigrantes latinos e muçulmanos, o republicano reverbera as teses dos extremistas brancos

desde janeiro, conseguiu que 1,4 milhão de indivíduos deixassem os EUA.

Na Europa, a palavra tem sido usada pelo partido Alternativa para a Alemanha e por vozes da extrema-direita da Áustria. Para historiadores e analistas políticos, o termo é simplesmente um sinônimo de limpeza étnica e um esforço de suavizar uma operação de deportação de dimensões inéditas. O eufemismo também é explicado por entidades que monitoram a disseminação do extremismo. "O termo é um apelo para que o Estado decida, em massa, deportar aqueles com ascendência não europeia ou não cristã a seus 'países de origem'. É um conceito-chave de grupos identitários europeus adeptos da teoria da 'Grande Substituição' e, usando um eufemismo politicamente correto, é uma proposta de limpeza étnica de pessoas de ascendência não europeia do continente", anota o Projeto Global Contra o Ódio e o Extremismo. A tese da "Grande Substituição" foi cunhada pelo francês Renaud Camus, que disseminou a ideia de que existiria um plano secreto para mudar a demografia da Europa e, assim, retirar os brancos do poder.

A avaliação de opositores de Trump e de organismos internacionais é de que não existe nada de "voluntário" nessa política. O que Trump fez foi criar uma situação insustentável para o imigrante, inclusive com ataques raciais, e não deixar outra alternativa senão a fuga do país. As semelhanças com o passado nazista alemão não são mera coincidência. No fim dos anos de 1930, Adolf Eichmann criou o Escritório Central do Reich para a Emigração de Judeus. Ao estabelecer condições hostis e insustentáveis, o escritório forçaria os judeus europeus a buscar outro continente para viver. No governo norte-americano, assessores de Trump reconhecem o esforço para criar o "Escritório de Re-emigração", que teria a função de "facilitar o retorno voluntário de migrantes a seus países de origem".

O recurso às referências de supremacistas brancos se proliferaram também na agência de imigração, conhecido pela sigla ICE, Immigration and Customs Enforcement. Um dos cartazes feitos pela agência questiona: "Qual o caminho, homem americano?", frase em alusão ao livro *Which Way, Western Man,* escrito pe-

Universo paralelo. Segundo Trump, os brancos sul-africanos, descendentes do *apartheid*, são vítimas de genocídio

lo supremacista William Gayley Simpson, apoiador de Hitler. Postagens nas plataformas digitais convocam os candidatos a empregos no ICE a "defenderem sua cultura!" Num anúncio ainda designado a buscar novos funcionários pela agência, o ICE alerta: "Estamos sendo invadidos". Em outro cartaz, com uma estética dos anos 1930, o governo incentiva a população a denunciar vizinhos, caso haja uma suspeita de que estejam no país de forma irregular.

Na base dessa orientação, acusam especialistas, está a eugenia de certos integrantes do governo Trump. Donald Earl Collins, professor da American University, em Washington, alerta que um dos maiores expoentes da ideologia é Robert F. Kennedy Jr., secretário de Saúde. "Duas posições que ele defende publicamente realmente mostram Kennedy como um eugenista do século XX. Uma delas é sua postura contra as vacinas ao longo dos anos, especialmente a tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola)", escreveu o acadêmico. "Na década de 1990, alguns cientistas chegaram a afirmar que a tríplice viral era responsável pelo aumento na frequência de diagnósticos de autismo em crianças. Embora inúmeros estudos tenham refutado essas alegações, defensores da antivacinação como Kennedy continuam a minar a confiança pública nos programas de vacinação." Em 2015, o atual secretário afirmou: "Eles tomam a injeção, naquela noite têm febre de 38 graus, vão dormir e, três meses depois, o cérebro deles está destruído. Isso é um Holocausto, o que isso está fazendo com o nosso país".

Collins prossegue: "A outra posição é o capacitismo, envolto em racismo. Em abril, Kennedy lamentou a crescente prevalência do autismo nos EUA como algo que 'destrói famílias', acrescentando que crianças que 'regrediram para o autismo, nunca pagarão impostos, nunca terão um emprego, nunca jogarão beisebol, nunca escreverão um poema, nunca sairão em um encontro. Muitas delas nunca usarão um banheiro sem ajuda'". Segundo o professor, o secretário recusa-se a acreditar nos dados de que o autismo não está se espalhado como uma doença, mas que a sociedade possui atualmente melhores ferramentas para identificar mais facilmente indivíduos no espectro social e neurológico, que, de outra forma, levam vidas ativas.

A reengenharia demográfica ainda passou por um corte profundo de recursos para programas sociais, numa ofensiva liderada por Elon Musk. A ideia, segundo seus detratores, é de que sobreviveriam apenas os mais fortes numa sociedade, ou aqueles que possam contribuir. Durante a campanha de 2024, em uma entrevista para o apresentador de rádio conservador Hugh Hewitt, Trump estabeleceu uma ligação entre imigração, crimes violentos e genética. "Temos muitos genes ruins em

Não é mera coincidência. Eichmann inspira. Kennedy Jr. reverbera

ines249

Help Your Country... and Yourself...
REPORT ALL FOREIGN INVADERS ICE: 866-DHS-2-ICE
U.S. Immigration and Customs Enforcement
See job postings
AMERICA NEEDS YOU
America has been invaded by criminals and predators. We need YOU to get them out.
You do not need an undergraduate degree.
You may be entitled to *up to these benefits:

Direto ao ponto. O ICE, a polícia de migração, explora o medo para recrutar agentes dispostos a salvar o país dos invasores

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO DOS EUA, GAGE SKIDMORE, ARQUIVO PÚBLICO DA ALEMANHA E CHIP SOMODEVILLA/AFP

nosso país agora", acusou. Em outro momento, disse que os estrangeiros estavam "envenenando o sangue de nosso país".

Longe de apenas exercitar uma retórica ofensiva a determinados grupos, o republicano implementou na prática essa visão. Depois de fechar as fronteiras para mais de uma dezena de nacionalidades, quase todas africanas, e expulsar quem aguardava pelo *status* de refugiado, o presidente norte-americano anunciou o acolhimento de estrangeiros supostamente alvos de um "genocídio", os brancos sul-africanos, os africâneres. Para uns, portanto, um muro e violência. Para outros, acolhimento, fralda, celular pré-pago e moradia. Em maio, os EUA receberam os primeiros "refugiados" brancos sul-africanos, concedendo de forma imediata a cidadania e amplos benefícios.

Sem dados ou qualquer evidência, Trump alegou que haveria um massacre dos brancos sul-africanos. "É um genocídio. Terrível. Fazendeiros estão sendo mortos. São brancos e vocês (jornalistas) nem falam. Mas, se fosse ao contrário, estariam falando. Não quero saber da cor." O grupo de africâneres recebeu *status* especial, justamente enquanto a Casa Branca suspendia a entrada de 100 mil refugiados de dezenas de países,

Africanos são barrados, africâneres, acolhidos

muitos deles em guerra. Quase todos negros. A chegada dos sul-africanos brancos coincidiu ainda com a decisão de retirar os direitos a afegãos, sob a alegação de que essa população não correria risco em voltar ao país de origem.

O governo justificou ter o direito de abrir exceções sempre que os estrangeiros acolhidos não representem uma ameaça ao país e que possam integrar-se facilmente. Grupos de direitos humanos acusaram o governo de racismo ao insinuar que apenas estrangeiros brancos atenderiam aos dois critérios.

Ao desembarcar nos EUA, as famílias foram recebidas com geladeiras recheadas de comida em suas novas casas. Para 2026, o governo anunciou a meta de abrigar 7,5 mil "refugiados". Todos brancos. •

A culpa é da mensageira

ISRAEL Militares que empalaram preso palestino conseguem levar à cadeia a procuradora que os investigava

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

A procuradora-geral das Forças de Defesa de Israel, Yifat Tomer-Yerushalmi, foi presa no domingo 2, acusada de ter vazado à imprensa imagens captadas pelo circuito interno de uma prisão israelense que mostravam militares empalando um prisioneiro palestino. A vítima teve o cólon perfurado por um objeto introduzido em seu reto, além de costelas quebradas e outras sequelas físicas e psicológicas. As imagens eram parte das evidências de um processo conduzido por Tomer-Yerushalmi desde julho de 2024. Cinco dos militares flagrados pelo vídeo estão presos graças ao trabalho dela como procuradora militar, um dos poucos exemplos conhecidos de punição imposta por autoridades israelenses aos crimes de guerra cometidos por seus próprios soldados.

Tomer-Yerushalmi caiu, no entanto, em desgraça após ter repassado indevidamente as imagens a uma emissora local chamada Canal 12. No vídeo, um grupo de carcereiros cercam o prisioneiro palestino com escudos, enquanto outros o agridem. O trecho é curto e a imagem tem baixa definição, mas o escritório de Tomer-Yerushalmi, responsável por formular a acusação, assegura que este é o registro exato do momento no qual foram feitos os ferimentos mais tarde diagnosticados por médicos da unidade prisional.

Ao vazar um vídeo confidencial, parte das evidências judiciais colhidas ao longo do processo, a procuradora esperava provar à opinião pública israelense de que estava certa ao mandar prender os cinco militares envolvidos. A atitude de Tomer-Yerushalmi foi uma reposta imprudente à enorme pressão de integrantes do gabinete do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e outros políticos de extrema-direita, interessados em inocentar os militares. Tomer-Yerushalmi é a primeira mulher a ocupar o posto de procuradora-geral militar na história de Israel. Agora, foi destituída do cargo e levada para uma unidade prisional militar na região central de Israel, onde são mantidos muitos dos soldados que ela mesma levou à prisão ao longo dos quatro anos em que exerceu essa função correcional.

A promotora estava sob intensa pressão dos extremistas de direita

O empalamento do prisioneiro palestino, que deu origem ao escândalo, ocorreu na prisão de Sde Teiman, perto de Bersebá, a maior cidade do Deserto de Neguev, no sul de Israel, a poucos quilômetros da Faixa de Gaza. Para lá foram levados os principais suspeitos de envolvimento nos ataques de 7 de outubro de 2023. Foi de lá também que, em outubro deste ano, saíram muitos dos prisioneiros trocados por reféns palestinos, como parte do acordo de cessar-fogo com o Hamas, costurado pelo governo dos Estados Unidos. Um desses prisioneiros libertados foi justamente a vítima que aparece no vídeo. A decisão de devolvê-lo à Faixa de Gaza foi eminentemente política, e contribuiu para dificultar a condenação dos envolvidos, uma vez que ele dificilmente aceitará voltar a Israel para depor.

Sde Teiman é uma espécie de Guantánamo israelense. Assim como ocorreu na prisão que os norte-americanos criaram em Cuba para receber os suspeitos de envolvimento com a então chamada "guerra ao terror", seu similar, no Deserto de Neguev, foi convertido em um desses lugares nos quais sabidamente são cometidos abusos, mas onde a documentação das ocorrências é praticamente impossível. Ao longo do último ano, Tomer-Yerushalmi e outros advogados militares que fazem parte de seu gabinete conseguiram recolher laudos médicos e testemunhos de vítimas para fazer avançar as investigações, mas tudo caiu por terra com a prisão dela.

A impossibilidade de responsabilização dos militares mostrou-se clara desde o início. Em julho do ano passado, assim que o caso foi descoberto, a procuradoria militar mandou que uma unidade a serviço do órgão correcional entrasse em Sde Teiman e capturasse os envolvidos no caso de empalamento. Mas,

Beco sem saída. Acuada, Tomer-Yerushalmi vazou o vídeo da tortura para um canal de tevê israelense

REDES SOCIAIS/CNN INTERNACIONAL E FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL

apesar de portar mandado judicial e de cumprir uma função legal, com respaldo da Justiça Militar, a unidade foi repelida, tanto por integrantes da chamada Unidade 100 ou Força 100, que comanda o serviço de carceragem desses presos, quanto por seus parentes e por políticos de extrema-direita, que acorreram em turba ao local, conclamados por *lives* e *posts* na internet.

A turba se interpôs entre os captores e os capturados, provocando uma rebelião militar claramente insubordinada, com enorme apoio popular. A presença de parlamentares extremistas tornou-se mais um elemento de intimidação contra quem buscava cumprir a ordem emanada do gabinete de Tomer-Yerushalmi. Ainda assim, cinco dos envolvidos foram levados para uma carceragem militar, onde novo tumulto foi produzido, sem que a polícia israelense interviesse.

Esse clima de rechaço violento ao trabalho da procuradora se manteve ao longo de todo o ano, até que ela tomou a decisão de vazar as imagens que comprovariam os abusos. A decisão violou as normas do devido processo legal e deu à defesa dos envolvidos o argumento necessário para tentar anular todo o processo.

Depois que a reportagem foi levada ao ar, Tomer-Yerushalmi desapareceu por várias horas, levantando suspeitas de que pudesse ter sido sequestrada ou que tivesse se suicidado. Seu carro foi encontrado numa praia e o celular desapareceu. Ela não atendia chamadas de funcionários de seu próprio escritório, nem de parentes. Finalmente, de noite, foi capturada e levada à prisão, onde foi submetida a uma avaliação psiquiátrica.

A reviravolta ocorre em um momento no qual também o procurador-geral do Tribunal Penal Internacional, o britânico Karim Khan, enfrenta denúncias de abuso sexual, depois de ter conseguido a expedição de uma ordem de prisão contra Netanyahu e o ex-ministro da Defesa israelense, Yolav Gallant, por crimes cometidos na Faixa de Gaza. No caso do TPI, as ordens seguem vigentes, mas seu cumprimento depende da colaboração de algum Estado que tenha a disposição de capturar e deportar Netanyahu para Haia, caso receba uma visita oficial do primeiro-ministro israelense. No caso de Tomer-Yerushalmi, os cinco militares acusados continuam presos, mas suas defesas pediram a nulidade do processo, com amplo respaldo político e popular. •

Licença para matar

ANÁLISE Benjamin Netanyahu glorifica os "assassinatos seletivos" de inimigos, prática condenada no direito internacional

POR CELSO P. DE MELO*

"A deterioração de um governo começa quase sempre pela decadência de seus princípios." A frase atribuída a Montesquieu soa hoje como alerta para o colapso moral de uma civilização que se crê guardiã da ética e do direito. A autoproclamada superioridade moral do Ocidente, fundada em valores como dignidade da vida e igualdade de todos, encontra-se em rápido declínio. Enquanto prega os direitos humanos e a supremacia da lei, multiplica exceções sempre que seus interesses estão em jogo. O uso sistemático de execuções extrajudiciais, eufemisticamente chamadas de "assassinatos seletivos", tornou-se o símbolo mais eloquente do esvaziamento de princípios universais e o abismo moral que antecede a queda das civilizações que se julgam eternas.

O declínio ético ficou evidente no discurso de Benjamin Netanyahu na Assembleia-Geral da ONU. Longe de negar ou relativizar, o *premier* israelense vangloriou-se dos assassinatos seletivos promovidos por seu governo, exibindo-os como vitórias estratégicas e símbolos de honra nacional. Com o uso de imagens dos ataques, transformou execuções em espetáculo diplomático. A mensagem foi clara: Israel não apenas elimina os inimigos, mas transforma esses atos em instrumentos de intimidação. Essa postura afronta as normas internacionais e celebra a execução extrajudicial como política de Estado.

O assassinato seletivo, execução deliberada de inimigos fora de campos de batalha, tornou-se um dos instrumentos mais polêmicos da política internacional. A morte de Osama bin Laden no Paquistão e a política israelense de eliminar líderes palestinos e cientistas iranianos são emblemáticas. Seus defensores a veem como ferramenta "cirúrgica", capaz de eliminar alvos de alto valor e evitar atentados. Já seus críticos veem nessa prática uma ruptura do princípio fundamental de todo acusado ter direito a um julgamento justo.

Eticamente, a tática é controversa. Para alguns, salva vidas ao impedir ataques, para outros, é uma forma de execução sumária na qual o Estado atua como acusador, juiz e carrasco. A morte colateral de civis, comum nessas operações, amplia o sentimento de injustiça. E a eliminação de líderes raramente encerra a violência. Ao contrário, estimula retaliações e perpetua ciclos de vingança. Ao normalizar o "direito de matar preventivamente", essas práticas corroem os limites morais do uso da força. A antiga ética do guerreiro, fundada no confronto direto e no risco compartilhado, deixa de existir. O guerreiro via honra no inimigo, o caçador, ao contrário, o elimina a distância. Essa "ética do caçador" baseia-se na morte furtiva e sem rosto. O inimigo vira alvo, e matar torna-se operação técnica. A transição da luta aberta à caça seletiva marca a transição de uma guerra entre combatentes para a gestão impessoal da morte, onde o controle remoto substitui o risco e a coragem dá lugar à furtividade. À luz do direito internacional, o quadro é ambíguo. O direito da guerra permite a eliminação de combatentes em conflitos reconhecidos, o que poderia justificar ações contra grupos como a Al-Qaeda após 2001. Fora desses contextos, tais operações são, no entanto, execuções extrajudiciais que violam o direito à vida.

A exceção virou regra e desafia os limites da legalidade

A Carta da ONU só permite o uso da força em autodefesa imediata ou com autorização do Conselho de Segurança. Operações em países terceiros sem consentimento, como a morte de Bin Laden no Paquistão ou do general iraniano Qassem Soleimani no Iraque, configuram violação direta da soberania nacional.

O assassinato seletivo mantém-se numa zona cinzenta, explorada por potências que moldam as regras a seu favor. As ordens de Donald Trump para bombardear barcos pesqueiros no Caribe e no Pacífico, sob o pretexto de combater o tráfico, reacendem o debate sobre o uso arbitrário da força fora de guerra. Mesmo diante de suspeitas, o direito internacional veda ações letais sem ameaça comprovada. A Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, de 1982, exige proporcionalidade e prevê direito de visita e apreensão, não de destruição. Ao atacar embarcações civis em alto-mar, Trump ultrapassou esses limites, transformando uma operação policial em ato de guerra não declarado.

ines249

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO/ISRAEL

Celebração. Bibi se vangloria das mortes de opositores. As execuções extrajudiciais viraram política de Estado, não só em Israel ou nos Estados Unidos

Internamente, a medida carece de base legal. O War Powers Act, de 1973, obriga o presidente a notificar o Congresso em 48 horas e obter autorização para ações prolongadas. Ao ignorar essa exigência, Trump excedeu seus limites constitucionais e transformou a "guerra às drogas" em zona de exceção, onde a soberania alheia e o devido processo legal são sacrificados em nome da segurança nacional.

Embora EUA e Israel sejam os casos mais notórios, outros países seguem a mesma lógica. A Rússia de Putin foi acusada de usar venenos contra opositores e desertores, sendo os casos de Litvinenko, Skripal e Navalny os mais notórios, como mensagens de intimidação. Nesses ataques, a arma química é também simbólica: aviso de que nenhum inimigo do Kremlin está fora de alcance. O Irã segue a mesma prática. Além de eliminar dissidentes no exterior, bombardeia grupos curdos no Iraque e na Síria com drones e mísseis lançados de seu território. A Arábia Saudita protagonizou um dos casos mais brutais, o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi no consulado em Istambul, em 2018. A Turquia de Erdoğan usa a "neutralização" para justificar execuções de militantes curdos em países vizinhos. Já o regime sírio de Hafez e Bashar al-Assad perseguiu e eliminou opositores no exílio, sobretudo após a guerra civil de 2011.

O padrão é claro: o assassinato seletivo virou extensão da soberania estatal, mesmo em solo estrangeiro. Sua normalização corrói os pilares do direito internacional pós-1945, e sua legitimação por Washington e Tel-Aviv serve de álibi a regimes autoritários que justificam execuções em nome da segurança nacional. No curto prazo, essas ações criam a ilusão de eficácia. No longo, corroem a ordem internacional e legitimam a violência preventiva. Na prática, transformam o mundo em terreno fértil para a anarquia armada.

O assassinato seletivo é mais que técnica militar, é ato político de afirmação de poder que desafia os limites da ética e da legalidade. Ao tolerá-lo, a comunidade internacional permite que a exceção vire regra, com alto custo para a segurança global e a própria ideia de justiça. Essa prática revela a arrogância das potências que se julgam acima da lei, como se possuíssem um "direito lupino", eco da fábula esopiana na qual a força se disfarça de justiça para legitimar a predação do mais fraco. •

**Professor titular aposentado da UFPE, pesquisador 1A do CNPq, integrante da Academia Brasileira de Ciências.*

Um ator no espelho

ENTREVISTA Wagner Moura vê, nos personagens vividos no filme *O Agente Secreto* e na peça *Um Julgamento*, muito de si mesmo

A ANA PAULA SOUSA

À porta dos 50 anos, Wagner Moura, dono de um dos rostos mais emblemáticos do cinema brasileiro contemporâneo, olha para o sucesso com serenidade. "Tenho uma consciência muito maior do que quero para a minha vida, do tipo de artista que sou", diz ele, que acaba de viver dois papéis irmanados.

No teatro, ele estreou, em Salvador, em outubro, *Um Julgamento – Depois do Inimigo do Povo*, adaptação de um texto de Henrik Ibsen em que interpreta o médico e cientista Thomas Stockmann, um homem perseguido por buscar defender a verdade.

Nos cinemas, pode ser visto, desde a quinta-feira 6, em *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho. No longa-metragem, ele faz o papel de Marcelo, um professor que, durante a ditadura, se vê ameaçado, simplesmente, por viver de acordo com seus valores. Em ambos, o ator vê um pouco de si – e de sua vida.

Seu sólido percurso, iniciado no teatro, na Bahia natal, e sedimentado em filmes como *Deus É Brasileiro* (2003), *Saneamento Básico, o Filme* (2007) e *Tropa de Elite* (2007), levou-o, na década passada, ao mercado internacional. A estreia em *Narcos*, em 2015, abriu-lhe as portas para os projetos internacionais que o mantêm desde então com um pé em Los Angeles.

Percurso. "A vida está boa no sentido de que estou me conhecendo melhor", diz Moura

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Streaming. Regulação das plataformas é aprovada na Câmara

Volta para casa. O papel de Marcelo, em *O Agente Secreto*, marca seu retorno ao cinema brasileiro após uma sequência de filmes e séries em inglês e espanhol

Tem, portanto, certo gosto de volta para casa sua presença no País para um retorno ao palco, com *O Julgamento*, que fez curta temporada em Salvador e no Rio, e para o lançamento de *O Agente Secreto*. Foi durante a projeção do filme, em uma sessão na 49ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, no Teatro Cultura Artística, que Moura conversou com *CartaCapital*.

CartaCapital: O *Agente Secreto* é sua volta a um grande papel no cinema brasileiro depois de muito tempo, e seu personagem, Marcelo, também é alguém que está voltando à cidade de origem. Qual é a sensação de voltar?
Wagner Moura: Voltar ao cinema brasileiro e fazê-lo pelas mãos de Kleber, no Nordeste, no Recife, foi muito especial. Esse foi um projeto em que a gente passou muito tempo, e eu adoro quando as coisas são assim. Fomos alimentando a vontade de trabalhar juntos, pensando: "Vamos falar de quê?" Esse filme, de alguma forma, acontece como uma reação ao que vivemos entre 2018 e 2022. Tanto eu quanto Kleber sofremos consequências das coisas que fizemos e dissemos (*ler texto à pág. 50*). É massa poder estar hoje num Brasil mais democrático, que valoriza mais a cultura e com um bocado de outros filmes estreando. Enfim, essa é uma pergunta cheia de significado para mim. Nesse filme, voltei ao Recife, uma cidade muito importante na minha vida, porque foi lá que estreei *A Máquina* (2000). Também voltei a falar português, voltei a falar minha língua. Foi uma filmagem muito feliz do começo ao fim.

CC: É um filme da sua volta para casa, mas que ao mesmo tempo o devolve para o mundo. *O Agente Secreto* começou a carreira fora do Brasil, em Cannes, com Kleber e você sendo premiados, e agora está na campanha pelo Oscar.
WM: É curioso mesmo. Vou voltar. Voltei, e aí? Aí foi para o mundo. Acho lindo isso. O prêmio mais importante que ganhei como ator foi esse de Cannes, e ganhá-lo com um filme brasileiro, depois de um tempo trabalhando em inglês e espanhol, é muito especial.

CC: Tem-se falado do bom momento do cinema brasileiro no exterior, com *Ainda Estou Aqui*, *O Último Azul*, premiado em Berlim, e *O Agente Secreto*. O que você tem sentido, nos Estados Unidos, em relação ao cinema brasileiro? Há maior interesse?
WM: *Ainda Estou Aqui* ganhou o Oscar, e isso abre os olhos das pessoas para a cinematografia brasileira. Acho que a recepção a *O Agente Secreto* lá fora tem a ver com os méritos do filme, que são muitos, mas ela vem também no rastro de *Ainda Estou Aqui*. E como é bonito isso. Agora, estou cansado dos ataques feitos pela direita. Não é importante que um filme brasileiro viaje? Um filme que, diga-se de passagem, gera em-

> "A arte e a cultura educam o espírito, a alma, a mente e te permitem ver o mundo de forma mais empática e corajosa"

VITRINE FILMES E BOB WOLFENSON

prego, renda, movimenta uma indústria? Se estou aqui falando com você, hoje, é porque houve políticas públicas em Salvador, nos anos 1990, que fomentaram o teatro. Nosso filme foi aprovado, lá atrás, num edital do Fundo Setorial do Audiovisual e, sem isso, mesmo o projeto tendo várias coproduções, ele não teria sido feito. Aí vejo uma manchete, "Wagner Moura recebe 7 milhões de reais do governo", como se eu tivesse botado 7 milhões no bolso. É uma coisa tão feia... No meio disso tudo, ver filmes como *Manas* e *Ainda Estou Aqui* representando o cinema brasileiro lá fora é um alento.

CC: *Marighella* (2019), que o transformou em alvo do governo Bolsonaro, parece tê-lo marcado muito. À altura, você disse a *CartaCapital* que era como se o filme "marcasse o fim ou o início de alguma coisa".

WM: Acho que continuo nesse terreno. *O*

Volta aos palcos. *Um Julgamento – Depois do Inimigo do Povo* estreou em Salvador

UM PAÍS E SEUS LABIRINTOS

"Comecei a entender que estava escrevendo um filme de época, mas vários elementos do Brasil contemporâneo estavam ali", diz Mendonça

Quando começou a desenvolver *O Agente Secreto*, Kleber Mendonça Filho pensou em um filme de época, passado no período ditatorial brasileiro. Pouco a pouco ele foi, porém, vendo o presente emergir à sua frente. Ecoando a fala de Wagner Moura, o cineasta diz que o fato de ele e o ator terem virado "alvo" da direita no governo Bolsonaro acabou por interferir, de forma difusa, na concepção do longa-metragem.

"Isso tudo que a gente passou foi muito instrutivo, eu diria, para a escrita do roteiro", – conta ele, em entrevista a *CartaCapital*. "Tinha, por exemplo, a coisa das redes sociais, sugerindo que somos comunistas. E aí tem uma fala no filme: Você é comunista? Não, eu não sou comunista. Então você é capitalista? Ok, então talvez eu seja mais comunista do que capitalista."

Enquanto criava o filme, ele viu o ressurgimento de palavras que pensava ultrapassadas, como tortura e ditabranda, e também de ataques ao Nordeste. O cineasta deu-se então conta de algo que hoje fica evidente para quem vê *O Agente Secreto*: "Comecei a entender que estava escrevendo um filme de época, mas vários elementos do Brasil contemporâneo estavam ali".

O ambiente no qual se desenrola a trama é aquele da suspeição e da violência à espreita. O filme começa em 1977, no momento em que Marcelo (Wagner Moura), um professor universitário, chega ao Recife, fugindo de algo que o espectador desconhece.

Marcado por uma estrutura labiríntica e por um modo de ser que reputamos como tipicamente brasileiro, *O Agente Secreto* tem sido muito bem recebido fora do País. Selecionado para a competição do Festival de Cannes, o filme saiu de lá, em maio, com quatro prêmios – dentre eles, os de melhor ator e diretor.

Embora, naquele momento, Mendonça não tivesse essa compreensão, estava começando ali a campanha para o Oscar. Ao retornar ao Brasil, na semana passada, para o lançamento do filme no País, o diretor postou em seu Instagram: "38 dias longe do Brasil, sete países, uma etapa importante das viagens de *O Agente Secreto* concluída".

A indicação do filme para

Agente Secreto é sobre alguém que quer manter-se fiel a seus valores, quando tudo ao redor é o oposto daqueles valores. Eu falava muito com o Kleber sobre *Um Julgamento*, adaptação de Ibsen que escrevi com a Christiane Jatahi e o Lucas Paraizo. A peça é sobre alguém que vai até o fim pelas coisas em que acredita, a despeito da mentira, da falácia, da infâmia. Acho que os personagens são sempre um amálgama entre você mesmo e o que foi escrito, e me sinto imbuído desses personagens. Thomas Stockmann, o médico norueguês da peça, e Marcelo conversam muito. A peça é sobre a verdade, e apresenta uma dicotomia entre o imperativo moral e a economia. Tem um cara que descobre uma coisa e diz: "Preciso dizer a verdade sobre isso". E outro diz: "Olha, se você disser a verdade sobre isso, a comunidade não sobreviverá porque a matriz econômica da cidade é esse lago que você diz que está contaminado".

> "Se estou falando com você é porque houve políticas públicas em Salvador, nos anos 1990, que fomentaram o teatro"

CC: Você tem vontade de voltar a dirigir?
WM: Tenho um projeto, nos Estados Unidos, chamado *Last Night at the Lobster*, em que vou dirigir e atuar. O filme é baseado num livro de Stewart O'Nan, sobre um grupo de funcionários de uma cadeia de restaurantes populares que são demitidos uma semana antes do Natal. É um filme de Natal anticapitalista.

CC: Como tem sido viver nos Estados Unidos sob Trump?
WM: É um pouco como se o ar estivesse mais pesado, mas isso é uma sensação subjetiva. O que eu vi, mais pragmaticamente, foram os imigrantes sendo tratados como bandidos. Os caras vão de máscara em escola, igreja e, se veem uma pessoa com cara de latino, param, pedem documento e deportam. Tem uma evidente escalada autoritária no país.

CC: Sua carreira lá deu muito certo...
WM: Não gosto da palavra carreira. É a minha vida. E não é nem lá nem aqui. É tudo: *O Agente Secreto*, a peça... A vida está boa no sentido de que estou aprendendo mais coisas, como artista, cidadão, pai; não fico em tela, em rede social; e estou me conhecendo melhor. A arte e a cultura educam o espírito, a alma, a mente e te permitem ver o mundo de forma mais empática, sensível e corajosa. Tenho hoje uma consciência muito maior do que quero para a minha vida, e do tipo de artista que sou. •

representar o Brasil no prêmio hollywoodiano foi o sinal verde para que a Neon, distribuidora do título nos Estados Unidos, reforçasse sua ação: "A Neon criou uma agenda, um roteiro, que tem como objetivo fazer o filme cada vez mais conhecido e colocá-lo em situações de prestígio".

Das viagens para a divulgação do filme, o diretor diz extrair grande prazer. Há, segundo ele, os encontros, as conversas com a crítica e, ainda, a oportunidade de ver seu trabalho projetado em algumas das melhores salas de cinema do mundo.

Dentre elas estão o Grand Théâtre Lumière, em Cannes; o State Theatre, em Sydney, uma construção de 1929, tombada; o Alice Tulley Hall, que recebe parte da programação do Festival de Cinema de Nova York; e o próprio Teatro Cultura Artística, em São Paulo, onde o filme foi exibido na terça-feira 28 de outubro.

Antes mesmo de o Festival de Cannes acabar, *O Agente Secreto* tinha sido vendido pela MK2, a coprodutora francesa do filme, para 94 países. "*Bacurau* e *Aquarius* também tiveram uma distribuição internacional muito abrangente, mas *O Agente Secreto* tem a maior de todas", diz o realizador que, a partir desta semana, saberá, finalmente, como sua nova história, de novo tão nossa, ecoará por aqui.

– p or Ana Paula Sousa

VICTOR JUCÁ E CAIO LÍRIO

Lançamento. O diretor Kleber Mendonça Filho tem viajado o mundo para apresentar *O Agente Secreto*, premiado em Cannes e agora em cartaz no cinema no Brasil

Sob as regras do Doutor Luizinho

POLÍTICA AUDIOVISUAL Como o líder do Progressistas fez andar, na Câmara, o projeto de lei que regula o *streaming*

Um nome até duas semanas atrás desconhecido do setor audiovisual tornou-se, de repente, o grande articulador do Projeto de Lei que regula os serviços de *streaming* no País: Doutor Luizinho, chamado de doutor por ser, de fato, médico, e deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro.

Líder da bancada do Progressistas na Câmara, o parlamentar conseguiu, na terça-feira 4, por 330 votos a favor, 118 contra e 3 abstenções, aprovar o PL 8.889, cujo trâmite remonta a 2017. No dia seguinte, à tarde, foram votados os destaques. Agora, o texto segue para o Senado.

O projeto movimenta mais de 1 bilhão de reais e atinge as *big techs*, as plataformas de vídeo sob demanda (VoD) e os serviços *online* da radiodifusão. Os novos recursos têm como destino principal a produção de conteúdo audiovisual brasileiro.

Quando começou a ser debatida, oito anos atrás, a lei visava obrigar empresas estrangeiras que ofertam serviços por assinatura, como Netflix e Prime Video, a colocar mais filmes e séries brasileiras nos catálogos e contribuir para a produção de conteúdo nacional independente.

A taxa em jogo é a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), instituída há 25 anos e paga por diferentes segmentos do audiovisual e pelas empresas de telecomunicações. Ao contrário do que foi muitas vezes difundido, as plataformas não se negam a pagar esse tributo.

A briga delas, inicialmente, era em torno de como e quanto pagar – o que se chama, no jargão, de dosimetria. Aos poucos, no entanto, essas empresas passaram a argumentar que, se elas devem recolher Condecine, os serviços de compartilhamento de conteúdo, como YouTube, TikTok e Instagram, também deveriam.

Passaram a vir, a partir daí, sobretudo das *big techs* as principais obstruções aos projetos que tratam do tema. Embora, ao longo do processo, muito se tenha falado do *lobby* do VoD, o PL 8.889 acabou por explicitar a força das *big techs* na disputa.

Enquanto os serviços de VoD foram criados para produzir e adquirir filmes e séries, cobrando por isso, as plataformas de compartilhamento baseiam-se no conteúdo gerado pelos usuários – dentre os quais está tanto quem posta vídeos de gatinhos quanto os chamados *creators*, produtores profissionais de conteúdo.

Ao mesmo tempo que se trata de modelos de negócio distintos, vemos a Globo produzindo dramas em formato vertical, com episódios curtíssimos, para o TikTok, e o Instagram anunciando

um futuro aplicativo para *smart* TVs.

E se o projeto do Doutor Luizinho tocou no ponto nevrálgico da regulação é porque, na primeira versão, o texto previa que as plataformas de compartilhamento pudessem reinvestir parte da Condecine em conteúdo produzido pelos *creators* – algo inédito nos textos anteriores.

Teria sido ele, então, o primeiro a de fato compor com os deputados que representam os interesses das *big techs*? Historicamente, a radiodifusão tinha poder no Congresso porque muitos parlamentares possuem concessões e porque a televisão era capaz de construir e destruir reputações.

Hoje, parte desse poder migrou para as redes sociais, não apenas porque as empresas que as controlam estão entre as maiores do mundo, mas porque elas fazem parte da se engrenagem política. Muitos parlamentares são, inclusive, *influencers*.

Como afirmou um dos articuladores do projeto, atuando a favor da produção independente, "a Netflix não tem bancada e não tem o poder de atrapalhar a vida de um deputado". Doutor Luizinho parece ter entendido isso melhor que quem o antecedeu nas relatorias dos PLs.

O trâmite do projeto evidencia a nova dinâmica do poder, que migrou da tevê aberta para as *big techs*

A regulação recém-aprovada deriva, especialmente, de três textos: o do senador Eduardo Gomes (PL–TO), de 2023; o do deputado André Figueiredo (PDT–CE), de 2024; e, por fim, o relatório da deputada Jandira Feghali (PCdoB–RJ), de 2025.

O projeto de Gomes chegou a ser aprovado, mas o de Jandira não conseguia avançar. Houve, além de obstruções no Congresso, a difusão de *fake news*, como as de que o governo queria interferir no conteúdo ou que as assinaturas dos serviços ia aumentar – mesmo sem nenhuma das empresas diretamente ligadas ao segmento ter afirmado isso.

A certa altura, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos–PB), afirmou, tanto para o Ministério da Cultura (MinC) – responsável pela articulação governista – quanto para representantes dos diferentes setores impactados pela regulação, que nomearia um terceiro relator.

Não foi, porém, sem grande surpresa que, em 27 de outubro, o MinC e o setor

Acordo delicado. O projeto aprovado movimenta mais de 1 bilhão de reais. Plataformas como a Netflix, produtora de *Senna*, foram as mais atingidas

NETFLIX E MARINA RAMOS/AGÊNCIA CÂMARA

Formato. Parte da cota poderá ser cumprida com obras produzidas pelas empresas ligadas à radiodifusão, ou seja, com novelas como *Vale Tudo*, por exemplo

receberam o texto do Doutor Luizinho. O projeto foi instantaneamente criticado pelo governo, pela Strima – entidade que reúne os serviços de vídeo sob demanda pagos, como Netflix, HBO e Globoplay – e por parte dos produtores independentes brasileiros. Até a semana passada, os sindicatos que representam o lado industrial do audiovisual eram os únicos a apoiá-lo.

O texto parecia fadado ao fracasso. Mas não foi o que aconteceu. Na terça-feira de manhã, foram abertas as negociações: o deputado postou, em seus *stories*, uma foto em que aparece ao lado de nomes do governo, da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e de Paula Lavigne. A partir daí, foi um estica-e-puxa que durou até o fim da noite.

Parte da conversa na Câmara foi no sentido de que, se certos pontos considerados essenciais pelo MinC não fossem atendidos, a bancada governista poderia votar contra – ainda que a regulação seja uma bandeira de Lula na área cultural.

Alguns dos interlocutores de Luizinho disseram a *CartaCapital* que seu mote era: "Não tenho compromisso com ninguém". O deputado teria sido uma escolha de Motta por ser um dos "cinco" mais fortes da Câmara capazes de "resolver o problema".

O PL tal e qual foi apresentado era, no entanto, ele próprio um problema. Havia, de um lado, a reação dos que passam a ser tributados e, de outro, o desagrado de parte da produção independente, que considerava que os porcentuais de contribuição eram baixos e que a redação beneficiava as grandes empresas produtoras.

Embora, de início, o deputado tenha se mostrado reativo, ele, no fim, acatou tantas sugestões que criou o que alguns consideram até uma sobreposição de regras.

O projeto, em resumo, institui a Condecine-*Streaming*, que incidirá sobre a receita bruta das plataformas e tem alíquotas progressivas, que variam conforme o faturamento. As plataformas de VoD pagarão até 4% e poderão ter descontos se investirem na produção de conteúdo nacional.

Esses 4% são menos do que os produtores brasileiros sonhavam e mais do que as plataformas tinham aceitado pagar – 3%. Do total, 60% poderá ser investido de forma direta pelas plataformas em projetos de sua escolha e 40% irá para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), gerido pela Ancine. Há uma série de isenções e restrições previstas.

O PL, considerado pelo governo e pela produção independente como uma vitória, segue agora para o Senado

Para os serviços de compartilhamento de conteúdo, a alíquota máxima ficou em 0,8%. Inicialmente, o texto previa 2%, mas autorizava, como se disse antes, que parte disso fosse direcionado a *youtubers* e influenciadores. Uma novidade colocada no texto, no calor da votação, é que os *creators* vão poder acessar o FSA.

O PL institui ainda a cota para o VoD: os provedores devem oferecer ao menos 10% de conteúdo brasileiro nos catálogos. Os serviços estrangeiros pediam uma cota de 7% e queriam poder cumpri-la, ao menos parcialmente, com seus originais – produções brasileiras das quais detêm os direitos patrimoniais. Não conseguiram nem uma coisa nem outra.

Parte da cota poderá, porém, ser cumprida com obras produzidas pelas empresas da radiodifusão, ou seja, por novelas, por exemplo. A radiodifusão também conseguiu, de última hora, obter um desconto de 25% no pagamento da Condecine de 4%. A articulação foi feita pela TV Record, junto à bancada da oposição.

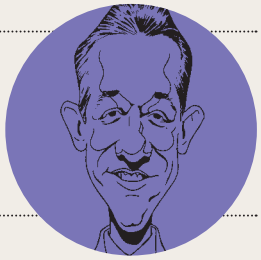
Embora não tenha, no fim, agradado ninguém 100%, o PL 8.899/2017 foi entendido pelo governo e pelos produtores brasileiros como uma vitória e pelos grandes serviços de VoD como uma derrota. Além de injetar um enorme volume de recursos no setor audiovisual, o projeto explicitou a nova dinâmica do poder tanto no Congresso quanto na sociedade. •

– por Ana Paula Sousa

REDES SOCIAIS/TV GLOBO

ines249

ARTHUR CHIORO
Médico sanitarista e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



O direito de respirar

▶ O julgamento, pelo STF, da resolução que proíbe a adição de sabor e aroma a derivados do tabaco é um marco na proteção à saúde dos brasileiros

Há momentos em que o destino de um país se mede pela coragem de suas instituições. A retomada do julgamento da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 14/2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é um desses momentos.

Sob a aparência de um debate jurídico, o que está em jogo é o poder de o Estado brasileiro proteger sua população – especialmente crianças e jovens – de um inimigo que há mais de um século enriquece à custa da doença e da morte: a indústria do tabaco.

A RDC 14/2012 proíbe a adição de sabores e aromas em produtos derivados do tabaco. É uma medida baseada em evidências científicas sólidas e em um processo regulatório exemplar, conduzido pela Anvisa com transparência, participação social e respaldo técnico.

Esses aditivos – mentol, baunilha e chocolate, entre outros – não são meros ingredientes. Eles são iscas químicas que tornam o primeiro cigarro mais agradável, mascaram o gosto amargo do tabaco e ampliam o poder viciante da nicotina. São, portanto, ferramentas de sedução e dependência.

A *Carta Aberta* das entidades de saúde, assinada por dezenas de instituições da sociedade civil, universidades, associações médicas e organizações de controle do tabaco, é clara: "A RDC 14/2012 é uma norma essencial para a prevenção do tabagismo e para proteger as novas gerações da manipulação das indústrias de produtos fumígenos".

O texto lembra que, ao longo de quase 13 anos, a Anvisa vem sendo atacada judicialmente por um setor que tenta impedir o avanço de políticas públicas legítimas. A ofensiva objetiva, em última instância, fragilizar o poder regulatório do Estado e abrir brechas para a desregulação sanitária em outras áreas.

O ministro Dias Toffoli, relator do caso, reconheceu o óbvio: a Anvisa tem competência legal e constitucional para editar normas técnicas que visam proteger a saúde. Seu voto pela validade da resolução é coerente com o papel das agências reguladoras e com os princípios do SUS.

Três ministros já votaram contra, e o julgamento foi suspenso após o pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. São 13 anos de litígio e postergação, enquanto milhares de jovens continuam sendo atraídos por produtos que os empurram para uma vida de dependência e risco.

O tabagismo segue a ser a principal causa de morte evitável no Brasil – é responsável por mais de 173 mil óbitos anuais – e tem impactos econômicos bilionários no SUS e na sociedade. Por trás de cada tragada há uma engrenagem de marketing, manipulação e negação. O apelo aos "sabores" é a mais cruel das estratégias, pois disfarça o veneno sob o véu da liberdade.

A *Carta Aberta* adverte: "A decisão do STF será um marco para o futuro da saúde pública no País. A eventual revogação da RDC 14/2012 representará um retrocesso inaceitável, colocando em risco políticas exitosas de controle do tabaco reconhecidas internacionalmente". E é verdade.

O Brasil tornou-se referência mundial na redução do tabagismo, graças à combinação de informação, regulação e políticas de proteção. Ceder agora seria rasgar um capítulo exemplar da história sanitária brasileira.

A Constituição é inequívoca, tratando a saúde como direito de todos e dever do Estado. A Anvisa, ao agir para reduzir riscos e proteger a população, cumpre esse dever. Enfraquecer sua autoridade técnica e sua autonomia institucional seria um passo trágico na direção oposta – a da captura regulatória e submissão da ciência ao interesse privado.

Mais do que uma resolução, o STF tem diante de si o espelho da República. Defender a Anvisa é defender o SUS, a ciência e a democracia e reconhecer que a liberdade econômica não pode sobrepor-se ao direito à vida e à saúde. O Brasil precisa reafirmar que a regulação sanitária é instrumento de soberania, não de tutela corporativa.

Quando o STF confirmar a constitucionalidade da RDC 14/2012, estará não apenas validando uma norma, mas dizendo ao País – e ao mundo – que a vida vale mais que o lucro; que nenhuma estratégia publicitária pode ser mais forte do que o direito de respirar; e que o futuro de crianças e jovens não será negociado nos bastidores da indústria da morte.

A decisão está nas mãos da Corte. O apelo é simples e urgente: que o Supremo defenda o que é também supremo – a vida. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

O norueguês constrói frases de páginas

HEPTALOGIA

Jon Fosse. Tradução: Leonardo Pinto Silva. Fósforo (688 págs. 149,90 reais)

Um duelo entre autor e leitor

LITERATURA COM *HEPTALOGIA*, JON FOSSE, GANHADOR DO NOBEL DE 2023, VAI AINDA MAIS LONGE EM SUAS OUSADIAS NARRATIVAS

POR ALYSSON OLIVEIRA

Bons livros de Jon Fosse já saíram no Brasil, como *Brancura*, *Trilogia* e *A Casa de Barcos*, mas é com a *Heptalogia* que o norueguês ganhador do Nobel de Literatura em 2023 mostra realmente a que veio.

Diferentemente de algumas edições internacionais, que saíram em três volumes, o romance, dividido em sete partes, chega por aqui em um único livro de 688 páginas, e traduzido direto do original por Leonardo Pinto Silva.

Com tintas épicas e, ao mesmo tempo, pessoais, o romance acompanha sete dias que precedem o Natal na vida de Asle, um pintor viúvo que leva uma vida isolada num fiorde na costa ocidental da Noruega.

Católico praticante, ele faz todos os anos uma exposição que começa no Natal, na cidade de Bergen, vizinha de onde mora. Seu círculo social é minúsculo.

Além da esposa morta, com quem fala todos os dias, há apenas o pescador Åsleik e o galerista Beyer.

A complicação na narrativa está na presença de outro Asle, também um pintor, mas que tem problemas com alcoolismo.

Seria esse outro homem um duplo? Ou seria ele um fragmento da mente do primeiro Asle? Mas, afinal, será que isso tudo faz alguma diferença?

A partir dessa premissa, Fosse faz questionamentos sobre a vida, a morte, a religião e Deus. Lidando com temas duros e profundos, o autor não facilita o percurso para quem o lê.

E essa é, possivelmente, a maior graça na obra do norueguês: estabelecer um duelo intelectual com o leitor.

Cada uma das sete partes é uma longa frase de muitas páginas, narrada a partir do ponto de vista de um homem com dificuldade de verbalizar o que pensa. Parte do relato baseia-se na evocação de imagens.

Ou seja, Fosse, com a forma de sua escrita e com a peculiaridade de seus personagens, nos desafia tanto do ponto de vista da atenção quanto da compreensão.

Neste livro, ele parece também nos pedir calma.

Quem resolver aventurar-se por sua narrativa labiríntica deve entregar-se sem esperar respostas fáceis.

Como recompensa, terá tido contato com uma obra única – e gigante em mais de um sentido. •

SAMLAGET

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Momentos decisivos

▶ A composição dos elencos e, principalmente, as condições físicas dos jogadores é que vão determinar o vencedor do Brasileirão

A vitória espetacular do Palmeiras sobre a LDU já ficou para trás, engolida por uma semana que se acelera.

Agora, o foco são as decisões, as confusões que se avolumam e o calor que se aproxima com o fim do ano.

Falando nessas decisões, o "Periquito" – mascote do Palmeiras que se tornou também apelido do time – credenciou-se de vez como favorito ao Campeonato Brasileiro.

O problema é que as disputas em várias frentes complicam a vida tanto do Palmeiras quanto de seu principal adversário, o Urubu – apelido do Flamengo –, que o persegue de perto.

No fim das contas, a composição dos elencos e, principalmente, as condições físicas é que vão determinar o vencedor.

Por falar em condição física, a crueldade do tal calendário já mostra as garras.

O número de lesionados e poupados não para de crescer e isso, é claro, terá consequências também sobre a Seleção Brasileira.

Foram marcados jogos importantes dentro das Datas Fifa, o que, inevitavelmente, desfalcará times que brigam por títulos.

Esta situação caótica do calendário também gera contradições.

O treinador da Seleção, Carlo Ancelotti, argumenta que o seletivo que representa o País é prioridade e reitera que exige condição física ótima. No entanto, ele mesmo admite convocar jogadores sem essa exigência. É o retrato do caos.

O clima anda tão confuso que essa bagunça explodiu no II Fórum de Treinadores, promovido na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) pela Federação Brasileira de Treinadores de Futebol (FBTF).

Inconformados com a quantidade de técnicos estrangeiros, dois colegas acharam que era hora de "lavar a roupa suja" em público, a despeito da presença do italiano Carlo Ancelotti.

Esse episódio acabou por escancarar a incompetência que toma conta do nosso futebol.

Alexandre Alliatti, em seu *blog*, no *Globo Esporte*, classificou o desencontro como "sincericídio" – comentário excelente, por sinal.

Essa bagunça na CBF não é nova: começa pela sequência de dirigentes afastados por irregularidades.

Como dizem, "a cabeça quando não pensa, o corpo padece". A esperança é que, sob nova direção, venha a transformação profunda da qual precisamos.

E já que Carlo Ancelotti estava lá, vale dizer: a presença dele no Brasil é uma façanha.

Estamos falando do treinador mais valorizado do mundo. O melhor que fazemos é aproveitar sua capacidade para, de uma vez por todas, subir o sarrafo na preparação dos técnicos brasileiros.

Precisamos sair dessa era que alterna entre os "feitores", que ganham o apelido de "disciplinadores", e a obrigação "formalista", aquela só da teoria.

Temos treinadores capazes, sem dúvida. A Seleção, inclusive, esteve em boas mãos com Dorival Jr., por exemplo, que tinha um projeto definido.

Mas, por ora, temos de aproveitar a oportunidade de ter Ancelotti. Um bom exemplo de sua mentalidade foi a recente declaração sobre Vinicius Jr., que perdeu a cabeça ao ser substituído em uma partida entre Real Madrid e Barcelona.

O treinador afirmou: "Não sou seu pai ou seu irmão, sou seu treinador. Não tenho nada com sua vida pessoal". Isso mostra o critério dele e também motiva os "titulares absolutos" a não se acomodarem. É a velha máxima: "Futebol é momento".

Falando em filosofia, outra declaração estimulante veio do zagueiro Adilson, campeão mundial pelo São Paulo e hoje treinador do Sub-13 tricolor.

Me identifico totalmente com o que ele disse: "Não tiro o drible de ninguém, sem treino tático (*excessivo*) e sem palavrão com as crianças".

Ele segue o que aprendeu, e eu concordo com ele na sentença: "De que serve a tática sem a técnica?"

Para fechar a semana, tivemos outros destaques: o gol sensacional de Arrascaeta (*mais uma vez*); o reencontro de Vitor Roque, que, aos 20 anos já vive altos e baixos, consigo mesmo; o renascimento do ótimo Antony; e a volta à cena da extraordinária Ana Moser, falando sobre a Lei de Incentivo ao Esporte.

Lá pela Europa, no meio da estação, Liverpool x Real Madrid e Bayern x PSG também marcaram a semana com jogos sensacionais.

No gol do time espanhol, a atuação do "porteiro" foi um espetáculo à parte.

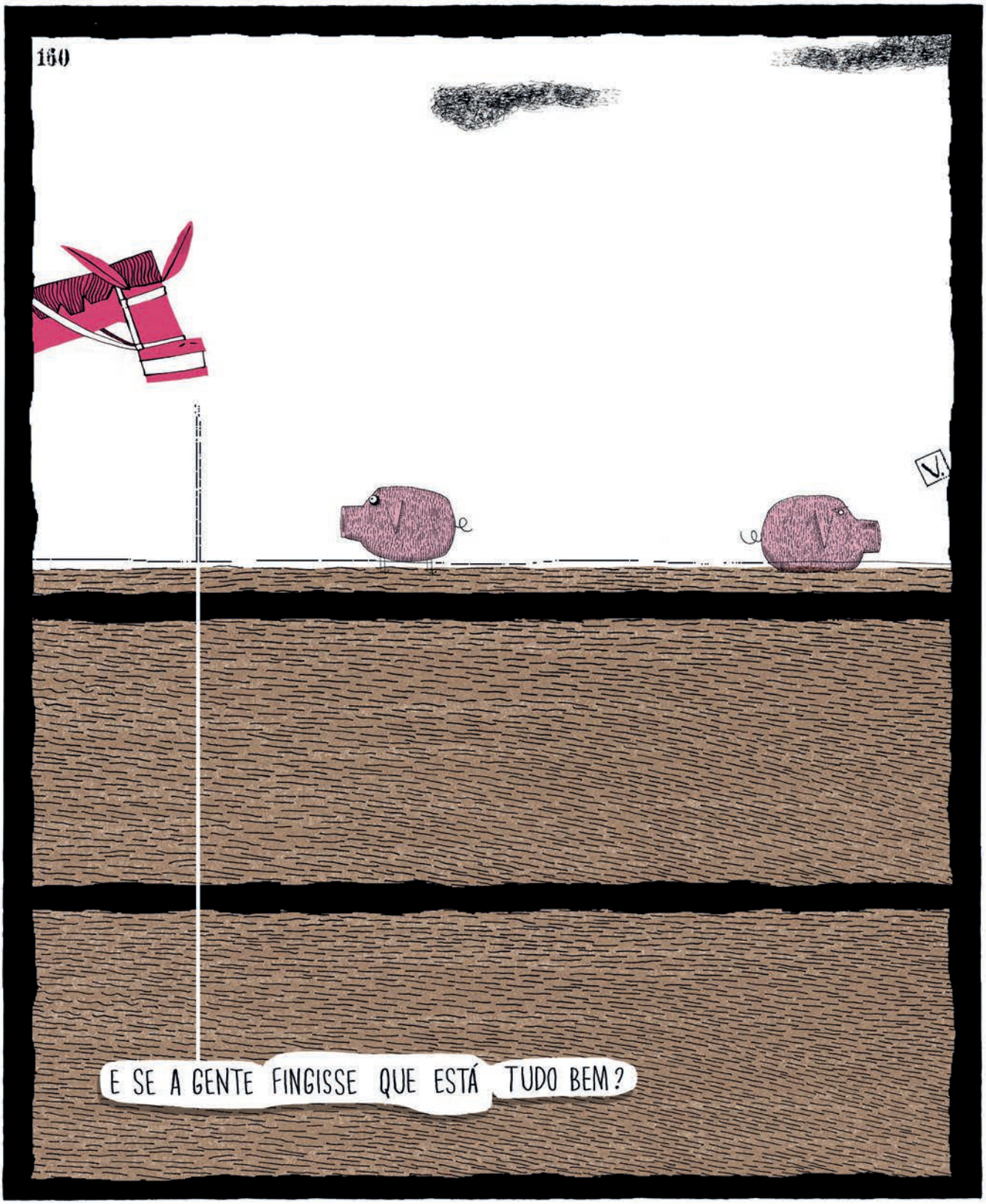
Foi uma sequência impressionante de defesas "impossíveis", mas que não impediram o gol decisivo numa cabeçada "à queima-roupa". Coisas do futebol. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

VENES CAITANO



ines249

POLÍTICA NA VEIA

Política na Veia é o *podcast* semanal de política da *CartaCapital*. A cada semana, Sergio Lirio (*CartaCapital*), Claudio Couto (*Fora da Política não há Salvação*) e Luis Nassif (*GGN*) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA ***POLÍTICA NA VEIA***

TODA QUARTA-FEIRA,
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.

Carta

ines249

ambev

SE TEM CERVEJA, TEM MODERAÇÃO.